



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ALINE LORETTO GARCIA

**O DEBATE SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:
TEMPO E NARRATIVA (1985-2011)**

Londrina
2015

ALINE LORETTO GARCIA

**O DEBATE SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:
TEMPO E NARRATIVA(1985-2011)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História Social do curso de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Giannattasio.

Londrina
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G216d Garcia, Aline Loretto.

O debate sobre a pós-modernidade na historiografia brasileira : tempo e narrativa (1985-2011) / Aline Loretto Garcia. – Londrina, 2015.
74 f.

Orientador: Gabriel Giannattasio.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Pós-modernidade. – Teses. I. Giannattasio, Gabriel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 930.2(81)

ALINE LORETTO GARCIA

**O DEBATE SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NA HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA:
TEMPO E NARRATIVA (1985-2011)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de mestre em História
Social do curso de Pósgraduação em História
da Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Giannattasio
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Antonio Paulo Benatte
Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG

Prof. Dr. Hélio Rebelo Cardoso Jr.
Universidade Estadual Paulista Julio de
Mesquita Filho - UNESP

Londrina, 05 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aqueles que contribuíram com esta pesquisa, em especial:

. Gabriel Giannattasio, meu orientador, que com sua capacidade de expressar ideias com uma clareza imensa me fez pensar nas coisas de um modo que nunca teria me ocorrido se eu tivesse feito esta pesquisa sozinha. Tenho muita sorte de ter encontrado alguém tão legal e inteligente para me orientar.

. Aos professores Antônio Paulo Benatte e Hélio Rebello Cardoso Jr que fizeram parte da banca de qualificação e teceram comentários inestimáveis.

. À Geisa e ao Alexandre que me acolheram em sua casa todas as vezes que precisei estar em Londrina. O bom humor dos dois foi fundamental para que eu me sentisse motivada a retornar.

. A meu irmão Raul, que me socorreu sempre que o Word realizou uma operação indesejada.

. E, por fim, aos meus pais pelo carinho e paciência de todos os dias.

*A única escolha é entre uma história que está
consciente do que faz e uma história que não
está.*

Keith Jenkins

GARCIA, Aline Loretto. **O debate sobre a pós-modernidade na historiografia brasileira: tempo e narrativa (1985-2011)** 74 f. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o debate feito pelos historiadores brasileiros sobre uma historiografia pós-moderna. A partir do levantamento bibliográfico verifiquei que o primeiro texto escrito por um historiador brasileiro sobre a pós-modernidade foi publicado no Jornal Folha de São Paulo com o título “*Post-modern is beautiful*”, e teve como autor Nicolau Sevcenko, professor de história da Universidade de São Paulo. Depois desse estudo inaugural de Sevcenko, vários outros historiadores brasileiros debruçaram-se sobre a relação entre a pós-modernidade e a história. Os trabalhos de Francisco Paz, ainda nos anos de 1980, passando pelos estudos de Ciro Flamarion Cardoso, historiador brasileiro que mais escreveu sobre a questão, até a publicação em 2011 do livro *Epistemologias da história*, no qual um grupo de historiadores se auto intitulam filiados ao pós-modernismo, foram publicados no Brasil vários artigos, capítulos de livro, ou mesmo obras completas em que a relação entre a história e a pós-modernidade é problematizada. Percorri esses discursos intertextuais com o intuito de entender quais contornos o debate acerca da historiografia pós-moderna ganhou no Brasil. Para tanto dividi este trabalho em dois eixos: no primeiro eixo faço um mapeamento dos pensadores que mais influenciaram a orientação pós-moderna no Brasil, ou seja, indico as matrizes intelectuais que atuaram na configuração do pensamento dos historiadores brasileiros, a saber: Nietzsche, Walter Benjamin, Hayden White, Keith Jenkins, Ankersmith, Ginsburg e Chartier. Em um segundo momento apresento como os historiadores brasileiros discutiram as questões do tempo e da narrativa histórica na pós-modernidade, temas que mereceram destaque em seus trabalhos.

Palavras-chave: Historiografia. Pós-modernidade. Teoria da História.

GARCIA, Aline Loretto. **The debate about in Postmodernity in the historiography Brazilian: time and historical narrative (1985-2011)** 74 p. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the debate made by Brazilian historians on a post-modern historiography. From the literature review, I found that the first text written by a Brazilian historian of postmodernity was published in the newspaper *Folha de São Paulo*, with the title "Post-Modern Is Beautiful", by Nicholas Sevcenko, History Professor at University of São Paulo. After this inaugural study of Sevcenko, several other Brazilian historians have focused on the relationship between post-modernity and history. From the works of Francisco Paz, still in the 1980's, through the study of Cyrus Flamarion Cardoso (Brazilian historian who most wrote about the issue), until the publication in 2011 of the book "Epistemologies of History" (in which a group of historians call themselves members to postmodernism), several articles were published in Brazil, along with book chapters and even complete works, in which the relationship between history and postmodernity is problematized. I will go through these intertextual discourses in order to understand which outlines the debate about the post-modern historiography earned in Brazil. For that purpose, I divided this work into two axes: in the first axis, I do a mapping of the thinkers who most influenced postmodern orientation in Brazil, i.e., I indicate the intellectual sources who worked in the thinking of the Brazilian historians configuration, namely: Nietzsche, Walter Benjamin, Hayden White, Keith Jenkins, Ankersmith, Ginsburg and Chartier. In a second phase, I present how the Brazilian historians discussed the issues of the time and the historical narrative in post-modernity, issues that were highlighted in their work.

Key words: Historiography. Postmodernity. Theory of History.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
MATRIZES INTELLECTUAIS DO DEBATE SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	19
TEMPO E NARRATIVA NO DEBATE SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NA HISTORIOGRAFIA	41
TEMPO PÓS-MODERNO E HISTÓRIA.....	41
AS PALAVRAS NA HISTÓRIA E A PÓS-MODERNIDADE.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	70

APRESENTAÇÃO

É difícil estabelecer, precisamente, quando constatou-se, pela primeira vez, a existência de uma crise da história ou da historiografia moderna, porquanto essa situação ocorreu de forma paralela no conjunto das ciências humanas ou sociais.

A partir dos anos 1970, estabeleceu-se um sentimento, parcialmente generalizado, de perda de confiança nas doutrinas e diagnósticos norteadores do desenvolvimento da pesquisa social nas décadas precedentes. Nos canteiros da história, esse sentimento de crise veio acompanhado de dois fenômenos: uma descrença nas grandes narrativas ou filosofias da história, que tomaram forma no século XVIII, época das Luzes, e que por muito tempo, guiaram o fazer historiográfico com seus ideais de devir da matéria, evolução das espécies, do progresso dos seres humanos; e, talvez em decorrência dessa mesma crise, um retorno dos historiadores à forma narrativa do texto historiográfico e, conseqüentemente, uma aproximação com a literatura.

Contudo, apesar da impossibilidade de estabelecer pontualmente o momento de constatação de uma crise da história e sequer datar o descrédito no que concerne às metanarrativas do ocidente moderno, é possível, ao menos, retomar alguns marcos desse complexo debate intelectual que transcende os campos historiográficos.

Em 1979, o filósofo francês Jean-François Lyotard publicou o seu polêmico livro *A Condição pós-moderna*.¹ Escrito sob encomenda do Conselho de Universidades de Quebec, como um relatório sobre o conhecimento na contemporaneidade, essa obra tem como foco de discussão a função da narrativa no discurso e na ciência. Contudo, seu interesse não concentra-se exclusivamente no conhecimento e nos procedimentos científicos, mas as formas pelas quais obtêm legitimidade. Dessarte, Lyotard propõe, entre outras teses, que a legitimação da ciência, a partir do século XVIII, está apartada dos vínculos sociais e recorre aos usos da linguagem para a sua própria legitimação.

Isto posto, o “jogo de linguagem da ciência” – conceito emprestado da obra de Wittgenstein² – é antes denotativo que narrativo, afinal, a ciência nega a narrativa,

¹ LYOTARD, J.F. *A Condição pós-Moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011

² Wittgenstein, Ludwig. *Tratado Lógico-Filosófico*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

uma vez que esta evidencia outra temporalidade. Assim, toma-la como obra da ignorância, barbárie, preconceito, superstição e ideologia. No entanto, o saber científico não se valida apenas pelos seus próprios procedimentos e, assim, a ciência volta-se à narrativa, porquanto é somente por meio dela que o saber científico recebe autoridade e propósito.

Nesse meio, Lyotard supõe a existência de um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que o conhecimento científico denuncia a narrativa como seu “outro”, em um nível superior é dependente de uma metanarrativa legitimadora.

O conhecimento científico não pode saber e tornar sabido o que é o verdadeiro conhecimento sem recorrer a outro tipo de conhecimento, o narrativo, que do seu ponto de vista nada tem de conhecimento. Sem esse recurso, ele estaria em uma situação que pressuporia a sua própria validade e cairia naquilo que condena: estaria prejudgando, agindo a partir do preconceito. Mas ele não cai na mesma armadilha ao usar a narrativa como autoridade? (LYOTARD, 1998, p. 29).

Contudo, argumenta Lyotard que desde a Segunda Guerra Mundial, assiste-se a uma perda do poder dessas grandes narrativas de fornecer uma estrutura legitimadora do trabalho científico. Assim, a perda da áurea das metanarrativas ou metarrelatos caracteriza-se como um dos indícios da passagem do mundo moderno para o mundo pós-moderno.

Simplificando ao extremo, considera-se pós-moderna a incredulidade em relação aos metarrelatos. É sem dúvida um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (*auteurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagens narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc, cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis* (LYOTARD, 1998, p. XII).

É sintomático que, no mesmo ano (1979) em que Lyotard publica *A condição pós-moderna*, proclamando em alto e bom tom o fim das metanarrativas, a prestigiosa revista inglesa de história, *Past e Present*, traz um artigo do historiador britânico, Lawrence Stone, com o título *The revival of narrative*.³ Neste texto, também bastante polêmico, Stone anuncia um “ressurgimento” da narrativa na historiografia recente em detrimento à história científica generalizante, representada

³ STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. **Revista de História**. N - 2/3, IFCH, UNICAMP, 1991

pela história demográfica francesa, por modelos de inspiração estruturalista e, principalmente, o modelo determinista de explicação da história. Ressalta-se que, comum a esses três modelos era o pressuposto de que uma história verdadeiramente científica deveria distanciar-se de uma forma narrativa de escrita. Em outras palavras, para esses grandes modelos explicativos, o que se buscava era a análise dos dados e não sua descrição ou arranjo em uma ordem cronológica. Acarretando, por conseguinte, a um relativo apagamento do indivíduo em favor de categorias mais abrangentes.

Para Stone, o “ressurgimento da narrativa” na história recente significaria a atualização de uma tradição que, durante muitos séculos, encarara a narrativa como modelo ideal de exposição e comunicação do conhecimento histórico. Lembra que a história foi, durante muito tempo, considerada como um ramo da retórica, porquanto historiadores como Tucídides, Gibbon, Macauley e outros primaram, antes de tudo, pela elegância estética ou uma *finesse* estilística que colocava o seu relato mais próximo da arte que da ciência.

Logo, toma-se como exemplares do retorno da narrativa as obras *Montaillou, village occitan de 1294 a 1324*, de 1975, do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, que relatava aspectos da vida cotidiana dos moradores de uma aldeia no sul da França, na passagem do século XIII ao XIV, a partir dos registros da inquisição; *O queijo e os vermes* (1976), do historiador italiano Carlo Ginzburg, que descreve as concepções cosmológicas e o cotidiano de um moleiro do século XIV, também utilizando como fontes primárias registros de processos inquisitoriais.

O texto de Stone parte de uma visão bastante ingênua de narrativa, caracterizada como “meio de organização do material em uma ordem cronologicamente sequencial e o enfoque do conteúdo em uma única história coerente, ainda que com subenredos” (STONE, 1979, p.21).

A história narrativa diferencia-se da história estrutural (científica ou cientificamente orientada) pelo arranjo descritivo, não analítico, e o foco direcionado ao homem e não às circunstâncias. Logo, a concepção de narrativa de Stone é “ingênua”, ou pouco problematizante, porquanto, desde os anos 1960, autores como Roland Barthes⁴ concebiam novas possibilidades para o modo narrativo de armação de enredo, capazes de romper com a cronologia ou com o pressuposto de um

⁴ BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

enredo coerente, ou que em 1974, Hayden White publicara seu *Metahistory*⁵, uma densa e instigante tese sobre a imaginação histórica do século XIX, em que o conceito de narrativa é discutido com base na teoria literária, na linguística e nas filosofias da linguagem. É significativo que a referência a White apareça na primeira nota do artigo de Stone, desaparecendo por completo no restante do mesmo artigo.

Apesar da visão bastante simplista de narrativa presente no texto de Stone, o seu grande mérito está em identificar uma mudança nos padrões das pesquisas históricas – da escrita analítica à narrativa. Mas, o que levou a essa mudança? O que fez o historiador abandonar gradualmente grandes modelos explicativos e retomar uma forma de escrever sobre o passado que, durante tanto tempo, havia sido negado ou deixado em segundo plano?

Para responder essas questões, volta-se às proposições de Lyotard, para quem o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial ou pós-moderna (a contemporaneidade). E, a partir daí, concluir que o saber histórico também passou por transformações nessa passagem.

Ao menos essa é a ideia defendida por Keith Jenkins (2006), para quem vive-se, na atualidade, o fim das maneiras pelas quais a modernidade moldou o passado, porque as formas metanarrativas, vistas como normais e mesmo como um tipo universal e verdadeiro de relato, estariam acabando. Segundo Jenkins,

(...) los historiadores de todas las tendencias no tienen en general mayor dificultad (al fin y al cabo es su oficio) para establecer conexiones entre el fin de una era (o cultura o civilización) y el fin de las partes que la conforman. Por ejemplo, en general ven con el lamentable final de, digamos, el mundo clásico, llegaron también a su fin las concepciones clásicas de la historia. Aceptan que con el fin de lo "medieval" desaparecieron también las visiones medievales del pasado. Aceptan que los tipos de "historia engendrados y desarrollados" durante el Renacimiento terminaron, en efecto, cuando éste terminaron. Entoces por qué no aceptar con la misma facilidad que las historias construidas llegarán a su fin cuando ésta termine? (...)Las historias modernistas, son solo historias modernistas, no son otras cosas que géneros locales y bien localizados em el calendario. En consecuencia, dado que ése el caso, si ahora estamos empezando em vivir vidas cunitativas y cualitivamente posmodernistas, yo espero ver – con la transformación de las bases de poder que daban a essas historias una vida relevante – la transformación de esos géneros hacia la irrelevancia y el desahucio (JENKINS, 2006, p.36).

As proposições de Jenkins apontam para o fato de que vive-se outro tempo, pós-moderno, o qual trouxe consigo uma nova forma de historicizar o passado.

⁵ WHITE, Hayden. *Meta história: a imaginação histórica no século XIX*. Trad: José Laurenio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992

Entre os termos que circulam nos debates intelectuais contemporâneos, o pós-moderno é um dos mais indefinidos e que causa maiores controvérsias. Na Europa, segundo Heloiza Buarque de Hollanda⁶, o debate, ironizado como a polêmica entre *frankfurters* e *french fries*, polariza-se entre as correntes alemãs e francesas, cujos principais representantes são Jürgen Habermas⁷ e François Lyotard. Enquanto as análises de Habermas afirmavam o poder emancipatório da razão e identificava pressupostos pós-modernos a emergências de posições políticas e culturais neoconservadoras, Lyotard avalia o declínio das narrativas mestras como o marxismo, o iluminismo e o liberalismo, e a liquidação dos traços iluministas do projeto moderno com otimismo.

Pensadores como Linda Hutcheon⁸ analisam o pós-modernismo enquanto um movimento que nasce dentro do próprio projeto moderno sem, necessariamente, romper com este. Já para outros teóricos, como Steven Connor⁹, há no pós-modernismo, um momento de ruptura e desconstrução sistemática dos ideais modernos. De um ponto de vista marxista, Frederick Jameson¹⁰ identificou o pós-modernismo como “a lógica cultural do capitalismo ‘tardio’”. Fica claro que não há apenas uma via de abordagem do problema, ou um eixo central de discussões, mas uma heterogeneidade de questões que envolvem várias áreas do saber, inclusive a história.

Para refletir sobre como a pós-modernidade vem afetando o saber historiográfico contemporâneo, segue-se as pistas dadas por David Harlan¹¹, em artigo intitulado *The return of Literature*, publicado em 1989 na revista norte-americana *Historical Review*. Harlan inicia o artigo mostrando que os estudos como os de Roland Barthes e Jacques Derrida apontavam para a superação do sistema linguístico saussureano que postulava uma relação direta e não problemática entre o significado e o significante, mostrando entre outras coisas o quanto era ingênua a

⁶ HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

⁷ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Trad. Luiz Sérgio Repa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

⁸ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

⁹ CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução as teorias do contemporâneo*. Trad. Lucia Mauricio de Alverga. São Paulo: Loyola, 2000.

¹⁰ JAMENSON, Frederick. *Pós-modernismo: a logica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Atica, 2000.

¹¹ HARLAN, David. *A história intelectual e o Retorno da Literatura*. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. (Orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Paulo São: Unicamp, 2000.

pretensão do historiador em encontrar um sentido fixo determinável em suas fontes, geralmente textos. Segundo Harlan,

Havia um tempo em que os historiadores pensavam ter escapado ao meramente literário, um tempo em que haviam estabelecido os estudos históricos no sólido fundamento do método objetivo e do argumento racional. No entanto, os recentes avanços em crítica literária e filosofia da linguagem solaparam essa confiança. Agora, após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história montando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, traço e signo, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo em que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica” (HARLAN, 2000, p. 11).

O texto de Harlan separa a historiografia em dois momentos: um primeiro, no qual o historiador buscou apartar a história dos estudos literários por meio de uma vontade de verdade e um segundo no qual a literatura volta aos estudos históricos. Nesse meio, a filosofia do Iluminismo constitui-se um marco importante no processo de separação da história dos estudos literários. Segundo Antônio Paulo Benatte¹²,

(...) insurgindo-se contra toda interpretação mítico-religiosa do passado, o iluminismo operou os primeiros movimentos de superação entre uma história racional e uma história “beletrista” seduzida pela cultura do maravilhoso. De certa forma, a oposição das ciências e das letras está na origem da consciência histórica moderna, que opõe imediatamente o real à fantasia, a objetividade à subjetividade, o verdadeiro ao belo. O conceito de história no século XVIII, marcado pelo começo de sua definição como ciência, não significou uma recusa da narrativa em si (...) mas implicou um crescente distanciamento estratégico do campo estético e retórico, movimento que encontraria nos séculos seguintes seu estado mais cabal e por assim dizer “realizado” (BENATTE, 2000, p. 69).

Até o século XVIII, o texto histórico confundia-se com o texto hoje chamado de literário¹³, visto que o historiador era visto como um narrador e a história era concebida como um ramo da retórica. Assim, a recusa da fábula como o “outro” da verdadeira história foi o primeiro passo na adoção de uma série de paradigmas científicos que levaria ao afastamento da história em relação à arte. Essa recusa do outro consumou-se na *Introdução aos Estudos Históricos*, de Langlois e Seignobos, obra em que as pretensões literárias dos historiadores eram combatidas em nome da exposição científica objetiva e simples dos fatos.

¹²Uma análise mais aprofundada do trabalho de Antônio Paulo Benatte será feita no segundo capítulo deste trabalho, no qual uma das questões a serem discutidas é a relação entre narrativa e história em uma historiografia pós-moderna.

¹³ Cabe ressaltar que alguns historiadores acreditam que a separação da história e da literatura foi realizada com o historiador Tucídides, portanto antes da filosofia iluminista. No trabalho *O início da história e as lágrimas de Tucídides*, Jean Marie Gagnebin aponta nessa direção.

A historiografia do início do século XX, de certa forma, manteve o princípio herdado do século XIX, de combate à forma literária de escritura da história. Desde a primeira geração dos *Annales*, reunida em torno de Marc Bloch e Lucien Febvre, e até praticamente a geração de Jacques Le Goff e Emanuel Le Roy Ladurie, a história era considerada uma quase ciência, uma semi-ciência, uma “ciência na infância”. É possível afirmar que apenas com uma historiografia pós-moderna a história retoma um diálogo produtivo com as artes, especialmente a literatura e o seu estudo acadêmico, a teoria literária.

Tem-se aqui a emergência de teses narrativistas na análise da escrita da história, assim como certa revalorização da narrativa, inerente à escrita da história, mesmo a mais “científica”. Dessarte, o texto histórico passa ser considerado um artefato literário e cabe ao historiador considerar os pressupostos de natureza poética inerentes ao fazer historiográfico. Contudo, nas obras de Linda Hutcheon, Hayden White, Dominick La Capra, entre outros, é possível perceber uma suspeita radical em relação ao ato da historiografia.

Segundo Linda Hutcheon, o que a escrita pós-moderna da história ensinou é que a história e a ficção são discursos e constituem sistemas pelos quais dá-se sentido ao passado, ou seja, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas transformadores desses acontecimentos em narrativas, não caracterizado como “um refúgio para escapar da verdade”, mas um reconhecimento da função de produção de sentidos dos construtos humanos. Nas palavras de Hutcheon,

Esse é o contexto em que a compreensão histórica pós-moderna se situa: fora das associações de progresso ou desenvolvimento iluminista, do processo idealista hegeliano da história do mundo, ou de noções marxistas especializadas a respeito da história. O pós-modernismo volta a confrontar a natureza poética do passado como objeto de conhecimento para nós no presente (HUTCHEON, 1991, p. 121).

No contexto pós-moderno, Hutcheon, define a história como um problema de representação e de linguagem. Diz a teórica: “nós não criamos acontecimentos, mas atribuímos-lhes significados e o fazemos ao interpretar e construir o referente, este de natureza discursiva”. Assim, em lugar de remeter quer para um referente concreto, quer para um significado transcendente, o texto remete sempre a ele próprio.

Para Hutcheon, o ato de contar histórias no seio da ficção literária e a própria história são o único meio de obter significados provisórios e contextualizados sobre o passado. Ademais, salienta que a abertura pós-moderna ao mundo é operada por meio do discurso, posto que o conhecimento do mundo opera-se consoante às narrativas, ou seja, o conhecimento do mundo dá-se segundo as narrativas passadas por meio de textos e intertextos. Verifica-se que é assim que a história liga-se à literatura, visto que o passado realmente existiu, mas só é conhecido mediante textos e mais textos.

Dessa forma, na medida em que o acontecimento do passado é textualizado, perde-se a ilusão da transparência histórica, porque não há um “em si mesmo”; o acontecimento é transposto para um texto por meio da linguagem, há, logo, uma narrativa do que aconteceu. Talvez o crítico literário norte-americano, Hayden White, seja o grande nome a enfrentar os desafios que a aproximação da história com os estudos literários e a linguística trouxe ao ofício do historiador. Afinal, suas ideias deram origem a uma série de discussões que envolvem as distinções entre fato e ficção, dúvidas sobre o caráter verdadeiramente científico do empreendimento historiográfico e formas alternativas de representação do conhecimento histórico. Em um trabalho de 1966, “O Fardo da História” (*The burden of history*), White afirmava que o historiador reivindicava para si um plano epistemologicamente neutro, que existiria entre a ciência e a arte.

Por mais de um século, muitos historiadores acharam útil empregar uma tática Fabiana contra críticos em campos afins do labor intelectual. A tática funciona mais ou menos dessa maneira: quando os cientistas sociais lhes criticam a amenidade do método, a imperfeição do sistema de metáforas ou a ambiguidade das proposições sociológicas e psicológicas, o historiador responde que o historiador jamais reivindicou o *status* de ciência pura, que ele depende tanto de métodos intuitivos quanto analíticos e que os juízos históricos não deveriam, portanto, ser avaliados a partir de modelos críticos que só podem ser aplicado com prioridade às disciplinas matemáticas e experimentais. Tudo isso sugere que a história é um tipo de arte. Porém, quando os literatos lhe criticam a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador volta à concepção de que a história é, afinal de contas, uma semicênica, de que os dados históricos não se prestam à “livre” manipulação artística e de que a forma de suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica (WHITE, 1994, p. 39).

White não apenas nega a distinção entre verdade e ficção, como mostra que os historiadores ficaram aprisionados às convenções do realismo, as quais afetaram

as artes do século XIX, enquanto as artes romperam com as concepções miméticas da realidade e com seus horizontes de representação.

Em resumo, quando os historiadores asseguram que a história é uma combinação de ciência e arte, eles geralmente querem dizer que é uma combinação de ciência social do final do século XIX, e arte de meados do século XIX. Em outras palavras, eles parecem aspirar a pouco mais que uma síntese de modos de análise e modos de expressão para os quais somente por sua antiguidade podem ser recomendados. Se este é o caso, então tanto os artistas quanto os cientistas têm razão em criticar os historiadores, não porque estes estudam o passado, mas porque eles o estudam com uma ciência ruim e com uma arte ruim" (WHITE, 1994, p. 43).

A proposta de White para a história consiste na busca de novos modos de representação, recorrendo aos últimos desdobramentos da ciência e da arte contemporâneas. Assim, a historiografia deve transcender as antigas concepções oitocentistas e abrir-se às novas formas de representação.

O historiador poderia ser visto como alguém que como o artista e o cientista modernos, que procura explorar uma certa expectativa sobre o mundo que não se arroga exaurir a descrição ou a análise de todo o campo fenomenal, mas que ao invés, se oferece como uma maneira entre muitas de esclarecer certos aspectos do campo. E usa de modos de representação expressionistas, surrealistas, para a dramatização de dados por ele descobertos (WHITE, 1994, p.78).

Além de ter sido desafiado a repensar sua situação frente às demais áreas do saber, White também gerou polêmica ao mostrar a imaginação ativa do historiador diante de suas fontes e considerar o texto histórico como uma construção que tem mais semelhanças que diferenças com a literatura.

No artigo *O texto histórico como artefato literário*, de 1974, White escreve que

"tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como elas manifestamente são: ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos, e cujas formas tem mais em comum com suas contrapartidas na literatura do que na ciência" (WHITE, 1994, p.98).

Isto posto, salienta-se que o historiador, no seu empenho em compreender o registro histórico fragmentário e incompleto, deve utilizar a imaginação construtiva, visto que nenhum acontecimento registrado pode, por si só, constituir uma estória, uma vez que o máximo que oferece são elementos dessa história. Assim, os acontecimentos são convertidos em estória pela subordinação de alguns deles e pela supressão de outros, feito pelas técnicas encontradas em um romance ou em

uma peça teatral.¹⁴ Ressalta-se que a maioria das sequências históricas podem ser contadas de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles eventos e de dotá-los de sentidos diferentes. A partir dessas considerações, White propõe que o melhor fundamento para a escolha de uma perspectiva sobre a História ao invés de outra é de ordem estética e moral e não epistemológica.

Todas essas questões que vieram à tona a partir de uma historiografia pós-moderna e que envolvem questões como: qual a natureza do conhecimento histórico, que tipo de história é possível de ser escrita na atualidade, qual a função da narrativa na construção do conhecimento histórico, também foram foco de discussões realizadas pelos historiadores brasileiros. Steven Connor explicitou que, em lugar de perguntar o que é o pós-modernismo, deve-se questionar: onde, como e por que o discurso do pós-modernismo floresce? O que está em jogo nesse debate? A quem ele se dirige?

Tendo isso em mente, o objeto deste estudo é mapear como os historiadores brasileiros discutiram a questão da pós-modernidade na historiografia e, a partir daí, delinear um panorama geral das discussões acerca das complexas relações entre historiografia, filosofia da linguagem e crítica literária, apontando novos caminhos para a pesquisa histórica.

Em 1985, o jornal *Folha de S. Paulo*, publicou um artigo intitulado "*Post-modern is beautiful*", de autoria de Nicolau Sevcenko, professor do departamento de História da Universidade de São Paulo. Sevcenko propôs estudar a pós-modernidade enquanto uma concepção de tempo. Não a um tempo homogêneo, linear, que se estabelece um recorte e fixa uma data decisiva, um ato inaugural, não um tempo que espere a redenção pelo progresso, um tempo para o humor e para contemplação.

Depois desse texto inaugural de Sevcenko, vários outros historiadores brasileiros debruçaram-se sobre a relação entre pós-modernidade e história. Os trabalhos de Francisco Paz, ademais nos anos de 1980, passando pelos estudos de Ciro Flamarion Cardoso¹⁵, historiador brasileiro que mais escreveu sobre a questão,

¹⁴ White chama de estória a forma como os fatos tornam-se enredos, o que para ele é uma operação literária.

¹⁵ O historiador Ciro Flamarion Cardoso no livro *Um historiador fala de teoria e metodologia- Ensaio (2005)* colocou que sua vida profissional foi marcada por duas polêmicas historiográficas. A

até a publicação, em 2011, do livro *Epistemologias da história*, no qual um grupo de historiadores se autointitula filiado ao pós-modernismo, foram publicados no Brasil vários artigos, capítulos de livro, ou mesmo obras completas em que a relação entre história e pós-modernismo é problematizada.

O objetivo dessa dissertação é percorrer os discursos intertextuais e entender quais contornos o debate acerca da historiografia pós-moderna ganhou no Brasil. Pode-se pressupor que há muito mais pontos envolvidos nesse debate do que a última moda intelectual de Paris, ou apenas um modismo passageiro, como sugerem alguns teóricos, logo, percorrer esse debate ajuda a alargar os horizontes e os fundamentos da disciplina.

Além disso, outro aspecto relevante da pesquisa é trazer a Teoria da História para o centro de análise. Como certa vez escreveu Keith Jenkins, nas livrarias dificilmente encontra-se uma prateleira dedicada à Teoria da História ou, ainda, como colocou David Harlan, historiadores são pessoas céticas, eles receiam que, uma vez deixando-se distrair pela teoria, passarão a vagar por um labirinto do qual não encontrarão a saída. Contudo, não é essa a postura aqui assumida.

Com o intuito de atingir esse objetivo, a dissertação é dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, são mapeadas as tendências intelectuais que mais influenciaram a orientação pós-modernista no Brasil, elencando com quem estão dialogando os historiadores brasileiros ao escrever acerca de uma historiografia pós-moderna e quais elementos do pensamento destes intelectuais foram recuperados pelos historiadores brasileiros. Com isso, pretende-se ilustrar quais contornos ganharam o debate acerca de uma historiografia pós-moderna de uma forma mais ampla. No segundo capítulo, são discutidas as questões que envolvem o tempo e o texto histórico em uma historiografia pós-moderna.

O historiador holandês F. K. Ankersmith em seu texto “Historiografia e Pós-modernismo” afirmou que, com o pós-modernismo, o outono chegou à historiografia ocidental. Se Ankersmith estiver correto e o pós-modernismo significar o outono da historiografia, começo agora a recolher algumas folhas caídas ao chão.

primeira foi aquela a favor do marxismo e a segunda foi o debate com as tendências pós-modernas.

MATRIZES INTELECTUAIS DO DEBATE SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O debate sobre a pós-modernidade na historiografia, realizado pelos historiadores brasileiros, levou à perda de um bom número de certezas e à renúncia de ambições hegemônicas dentro da história. Além disso, os levou a voltarem seus olhos a outros historiadores, que ousaram romper com as práticas estabelecidas de sua disciplina, e para filósofos, que pensaram categorias de historicidade. Diante desse fato, há a necessidade de mapear com quem os brasileiros estão dialogando ao refletirem sobre uma historiografia pós-moderna, ou seja, indicar as matrizes intelectuais que atuaram no desenvolvimento dessa configuração.

O aporte teórico brasileiro sobre a historiografia pós-moderna aponta, em sua maioria, Nietzsche como o primeiro pensador a romper com a historiografia moderna e a tecer críticas ao historicismo. Contudo, as análises sobre o pensamento de Nietzsche são bastante heterogêneas. Segundo o historiador Francisco Paz¹⁶, por exemplo, Nietzsche rompe com a historiografia moderna ao mostrar que a exigência oitocentista da história, como ciência do devir universal, tira a força vivificante da história. Já Gabriel Giannattasio e Guilherme Bordonal tomam o pensamento nietzschiano como base para proporem uma historiografia trágica¹⁷, enquanto o historiador Ciro Flamarion Cardoso¹⁸ atribui a Nietzsche grandes responsabilidades ao lançar as bases do irracionalismo contemporâneo.

Apesar da multiplicidade consoante ao pensamento de Nietzsche, foca-se em uma obra nietzshiana *A Segunda Consideração Extemporânea*: vantagens e desvantagens da história para vida, no intuito de expor como o filósofo rompe com a historiografia moderna. Dessa forma, faz-se necessária a análise detalhada desse texto, a fim de elucidar quais elementos do pensamento do filósofo atuam na configuração do pensamento dos historiadores brasileiros na construção de uma historiografia pós-moderna.

¹⁶ PAZ, Francisco Moraes. *História. Modernidade e Pós-modernidade*: os desafios contemporâneos do conhecimento. Mimeo, 1994

¹⁷ GIANNATTASIO, Gabriel e IVANO, Rogério. (Orgs). *Epistemologias da História: Verdade, Linguagem, Realidade, Interpretação e Sentido na pós-modernidade*. Londrina: Eduel, 2011.

¹⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo(Orgs). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

A) Nietzsche

A obra *A Segunda Consideração Extemporânea: vantagens e desvantagens da história para a vida*¹⁹, de Nietzsche, foi publicado, em 1874, como parte do programa de intervenção no debate político cultural alemão. Nesta obra, o pensador lança um duro ataque à cultura histórica que atravessa o campo do conhecimento no século XIX, buscando refletir e detectar em que ponto o conhecimento histórico passa a ser sufocante e, portanto, prejudicial à vida.

Em sua autobiografia intelectual, *Ecce Homo*²⁰, Nietzsche sintetiza o espírito da Segunda Extemporânea:

A Segunda Extemporânea (1874) traz à luz o que há de perigoso, de torturante e envenenador da vida na nossa forma de cultivar a ciência (...). Neste ensaio, o 'sentido histórico', de que o presente século se orgulha, é pela primeira vez reconhecido como doença, como típico sinal de decadência. (NIETZSCHE, 1989, p.78).

Dessarte, Nietzsche discute o valor ou o não valor da história para a vida, ou seja, trata-se de uma investigação sobre a capacidade de o sentido histórico significar algo positivo para a vida e como a transformação da história em ciência corrói e envenena a vida.

Nietzsche avaliava a consciência histórica da modernidade como excessiva e perigosa pois, para ele, o nascimento da ciência histórica ou a consciência histórica como um saber análogo às ciências físicas e matemáticas, baseado em método de observação e experiência, leis objetivas e imutáveis, leva à morte e causa uma ruptura entre história e vida, uma vez que um acontecimento dissecado em todos os seus componentes, objetivamente analisado em todas as suas esferas seria destrutivo.

Um fenômeno histórico, conhecido pura e completamente e dissolvido em fenômeno do conhecimento está morto para aquele que o conheceu: pois ele reconheceu nele a ilusão, a injustiça, e em geral todo horizonte profano envolto em obscuridade daquele fenômeno, e, ao mesmo tempo, justamente, aí, o seu poder. (Nietzsche, 2005, p.17).

Logo, não se trata de criticar destrutivamente a história pois, o homem, segundo Nietzsche, necessita da história, porquanto lembrar-se do passado é condição necessária para a humanidade. O problema posto, então, não é lembrar,

¹⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre a história*. Trad. Noéli Correia De Melo Sobrinho. São Paulo, Loyola, 2005.

²⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*. Trad. Arthur Morão. Lisboa: 70, 1989.

mas como lembrar. Assim, a doença histórica residiria na tendência exagerada da modernidade em conhecer o passado.

Isso posto, em que sentido precisa-se da história?

Certamente, temos necessidade de história, mas ao contrário, não temos necessidade dela do modo como o tem o ocioso refinado dos jardins do saber, por mais que este olhe com altaneiro desdém os nossos infortúnios e as nossas privações prosaicas e sem atrativo. Temos necessidade dela para viver e para agir, não para nos afastarmos comodamente da vida e da ação e ainda menos para enfeitar uma vida egoísta e as ações desprezíveis e funestas. Não queremos servir a história senão na medida em que ela sirva à vida. Mas, logo que se abusa da história ou que lhe atribuímos muito valor, a vida se estiola e se degenera (NIETZSCHE, 2005, p.68).

Já Osvaldo Giacóia²¹ explica que, para Nietzsche, os interesses provenientes das vantagens que a história presta à vida dependem de um enraizamento do sentido histórico em uma dialética entre lembrança e esquecimento. Em vista disso, as várias visões históricas lançadas ao passado só podem ser atravessadas por uma economia da lembrança e do esquecimento, disposições constitutivas do ser humano, diferentemente do que ocorre com outros animais que vivem eternamente no presente, isto é, são incapazes de lembrar o passado ou de projetar no futuro. Ao contrário, para os homens, se a lembrança somente recorda queda e desgraça, a felicidade reside justamente na capacidade de esquecimento.

Toda ação exige esquecimento, assim como toda vida orgânica exige não somente a luz, mas também a escuridão. Um homem que quisesse sentir as coisas de maneira absolutamente e exclusivamente histórica seria semelhante aquele que fosse obrigado a se privar do sono, ou a um animal que só pudesse viver ruminando continuamente os mesmos alimentos. É, portanto possível viver, e mesmo viver feliz quase sem qualquer lembrança, como o demonstra o animal; mas é absolutamente impossível viver sem esquecimento. Ou melhor, para me explicar ainda mais simplesmente acerca do meu problema: há um grau de insônia de ruminação, de sentido histórico, para além do qual os seres vivos se verão abalados e finalmente destruídos, quer se trate de um indivíduo, de um povo ou de uma cultura (Kultur) (NIETZSCHE, 2005, p. 73).

Analisando essa passagem do pensamento nietzschiano,

(...) se ocorre uma desmesurada saturação do sentido histórico, se ele se desenvolve sem medidas, então ele torna-se perigoso para a vida, tanto dos indivíduos como dos povos. Essa é a principal desvantagem da história para a vida. Porque à vida é essencialmente uma potência plástica de assimilação e transformação que se nutre de esquecimento. Sua neuralização é a desmesura do sentido histórico, próprio

²¹ JUNIOR, Osvaldo Giacóia . *Nietzsche, Fado e História*. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

do homem moderno, que pratica a ciência histórica como repetição incansável da exatidão dos fatos, que se abstém de dormir e ruma sempre o mesmo, para sentir tudo apenas de maneira histórica (JUNIOR, 2013, p.87).

Dessa forma, a história praticada na modernidade desequilibraria a dinâmica natural entre memória e esquecimento, valorizando sobremaneira a memória em detrimento do segundo. Para Nietzsche, “o excesso de história atacou a faculdade plástica da vida, já não se sabe ir buscar no passado o seu alimento fortificante” (NIETZSCHE, 2005, p.108).

Essa força plástica é a capacidade humana de lidar com as situações do presente, sabendo dosar memória e esquecimento de uma forma criativa, consoante à necessidade, ou seja, é a capacidade de colocar o conhecimento do passado à serviço da vida, porquanto, precisa-se, na medida do necessário, esquecer-se do passado ou, então, transformá-lo. Assim, é preciso usar do passado de uma forma criativa.

Segundo Nietzsche, há duas formas de colocar o passado à serviço da vida e que, ao mesmo tempo, constituem-se em antídotos contra a história praticada na modernidade. Tratam-se da maneira a-histórica e supra-histórica de considerar o passado.

A maneira a-histórica de considerar o passado vê, em cada acontecimento, o sentido primordial da vida, eternamente presente em tudo que houve e há. Esta sempre foi, segundo Nietzsche, a visão dos sábios que derramaram uma ilusão sobre todas as coisas, é a dimensão da filosofia, da arte e da religião.

As potências a-históricas são o esquecimento e a ilusão. Se o modo a-histórico significa colocar-se momentaneamente fora da história, ignorá-la, tomar distância dela, por outro lado, o modo supra histórico de existir implica admitir que a ação do acaso está sempre presente nos grandes acontecimentos. Os homens supra-históricos não buscam a redenção porque, para eles, o mundo chega a seu termo a cada momento.

Sobre as forças a-históricas e supra-históricas, Nietzsche escreveu:

A expressão “força a-histórica” designa para mim a arte e a faculdade de esquecer e se fechar num horizonte limitado, ao passo que as forças “supra-históricas” são aquelas que desviam o olhar do devir e o levam para o que dá a existência um caráter de eternidade e de estabilidade para a arte e a religião. (NIETZSCHE, 2005, p.189).

As forças a-históricas e supra-históricas constituíram-se em contravenenos, em que a grande virtude está em subordinar a história à vida. Assim, não se trata de abolir o passado, mas de abstrair, do passado, peças e figuras monumentais que ganham, a partir da força plástica da memória, novas significações.

Nietzsche aponta ainda em seu texto, três formas históricas a serviço da vida, caras ao século XIX, capazes de colocar-se tanto ao proveito da vida, quanto arruiná-la: a história monumental, a história antiquária e a história crítica.

A história monumental interessa aos homens ativos e poderosos, porquanto trata dos grandes feitos, dos gestos largos. É a história dos heróis, dos grandes vultos históricos, a narrativa dos vencedores. No entanto, em excesso, pode ser ilusória e tendente a romantizar o passado, obstruindo as intensidades da atualidade.

A história antiquária é conservadora, amorosa e piedosa para com o passado. Sua utilidade, para Nietzsche, está em possibilitar um enraizamento, um sentimento de pertencimento a uma tradição, às origens. Ela é, sobretudo, recordação e memória, porém, seu excesso pode impedir que o novo surja.

Já a história crítica é própria dos vencidos, dos oprimidos, dos que sofrem e têm necessidade de libertação e, assim, ela serve a vida. Ela é uma forma de história que leva o passado ao tribunal, julga e condena, contudo, em excesso pode ser destrutiva, porquanto pode levar à consciência de que nada é nobre sobre a terra, engendrando uma consciência que conduz à ideia de que tudo merece ser destruído.

Para Nietzsche,

Cada uma das três variedades de história tem um campo próprio e um clima próprio; fora prolifera numa vegetação parasita e devastadora. Quando o homem quer criar grandes coisas precisa do passado, usa a história monumental. Ao contrário, quem quer perpetuar o que é habitual e venerado há muito, encara o passado como antiquário e não como historiador. Aquele que é apanhado pela necessidade presente e que se quer se ver livre do seu peso precisará de uma história crítica, isto é, que julga e condena. A transplantação imprudente destas diversas espécies é fonte de muitas desgraças destas diversas espécies. O crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o perito sem poder criador são plantas que degeneram, por terem sido arrancadas do seu terreno (NIETZSCHE, 2005, p.124).

Nota-se que, segundo Nietzsche, há uma relação interesseira do presente para com o passado. Contudo, ao ser a favor de uma relação interesseira, caminha-

se contra o fazer científico da historiografia. No entanto, para o filósofo alemão, a história deve remar em direção à arte.

A ação da arte, neste caso, é contrária à ação da história, e é só quando a história pode ser transformada em obra de arte, portanto em pura criação da arte, que ela pode conservar e até despertar instintos (NIETZSCHE, 2005, p.156).

Dessarte, o historiador deve abandonar o intuito moderno de alcançar resultados historicamente verdadeiros, mas buscar os artisticamente verdadeiros, ou seja, aspirar ao valor do seu saber e não a sua verdade.

Segundo Oswaldo Giacóia, as críticas de Nietzsche ao historicismo serviram de inspiração para Walter Benjamin escrever *As teses sobre o conceito de história*. Na primeira de suas teses sobre o conceito de história, Benjamin escreve:

Como se sabe, deve ter havido um autômato, construído de tal maneira que, a cada jogada de um enxadrista, ele respondia com uma contrajogada que lhe assegurava a vitória da partida. Diante do tabuleiro que repousava sobre uma ampla mesa, sentava-se um boneco em trajes turcos, com um narguilé à boca. Um sistema de espelhos despertava a ilusão de que essa mesa de todos os lados era transparente. Na verdade, um anão corcunda, mestre no jogo de xadrez, estava sentado dentro dela e conduzia, por fios, a mão do boneco. Pode-se imaginar na filosofia uma contrapartida dessa aparelhagem. O boneco chamado “materialismo histórico” deve ganhar sempre. Ele pode medir-se, sem mais, com qualquer adversário, desde que tome a seu serviço a teologia, que hoje, sabiamente, é pequena e feia e que, de toda maneira, não deve se deixar ver (BENJAMIN, 2014, p.41).

Para Michel Lowy²², na obra de Benjamin, o historicismo representa a perda da dimensão temporal do existir humano. E fragiliza o materialismo histórico na luta contra o fascismo, ao interpretar o suceder histórico como um processo de desenvolvimento cujas etapas se sucedem de acordo com leis positivas.

B) Benjamin

O historiador brasileiro Nicolau Sevcenko recorre às proposições de Walter Benjamin para escrever o texto *O pós-moderno*. Sua análise recupera três elementos do pensamento benjaminiano: a crítica que Benjamin realiza à ideia de tempo associado ao progresso presente na historiografia historicista, a crítica sobre

²² Lowy, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*; Trad: Wanda Nogueira: São Paulo: Boitempo, 2005.

as potencialidades da técnica e a possibilidade que o pensamento benjaminiano institui de pensar outra relação com a cultura, com as artes, no qual estas possam ser sinais extemporâneos de outra vida e de outro tempo, ou seja, uma relação com a cultura claramente subversiva e política.

Em um ensaio de 1915, Walter Benjamin critica a ideia de tempo fundamentada no progresso:

Há uma concepção de história que, confiando na infinitude do tempo, distingue apenas o ritmo dos homens e das épocas que rápida ou lentamente avançam pela via do progresso. A isso corresponde a ausência de nexos falta de precisão e de rigor na exigência que ela faz do presente (apud:LOWI,2005, p.20.)

As críticas feitas ao tempo histórico fundamentado no progresso têm continuidade na célebre *Tese sobre o conceito de história*. Em uma das notas preparatórias para as teses de 1940, Benjamin observa: “A catástrofe é o progresso, e o progresso é a catástrofe”.

Segundo Antonio Paulo Benatte²³, nas *Teses sobre o conceito de história*, Benjamin prossegue a polêmica contra a ideia de progresso presente na história historicista, identificada com a concepção de história dos burgueses e da social democracia. Para Benjamin, essa concepção de história funciona como um quadro homogêneo e vazio, no qual deus *ex machina* é o progresso que impulsiona a humanidade para o futuro. Contudo, a história é objeto de uma construção em que lugar não é o tempo homogêneo, mas a *Jetztzeit*, um tempo impregnado de agoras, pelos quais cada presente comunica-se com os diversos passados. Assim, cada época constitui um presente que não se compreende com a culminação de um processo histórico, mas como um momento encarregado de abolir esse processo, de saltar pelos ares o *continuum* da história, salvando o passado.

O filósofo Sérgio Paulo Rouanet²⁴, comentando a concepção de história presente nas *Teses sobre o conceito de história*, compreende que a crítica, realizada por Benjamin acerca do historicismo, limita-se à pesquisa no passado, os fatos vistos como as contas de um rosário para preencher um tempo vazio e homogêneo. Segundo Rouanet, Benjamin analisa a concepção de cultura que está na base do historicismo.

²³ Benatte, Antonio Paulo. *O Conceito de história em Walter Benjamin*: notas de aulas: 2014, mimeo.

²⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. As passagens de Paris. In: *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Para o historicismo, a cultura não passa de um acúmulo de bens espirituais, sem levar em conta o sofrimento necessário à acumulação desses bens. A essa concepção contínua e linear de história, o filósofo alemão propõe uma história concebida na perspectiva dos vencidos, baseada na ruptura e não na continuidade. A história, assim concebida, não é uma sucessão de fatos mudos, mas uma sequência de passados oprimidos os quais carregam um índice misterioso capaz de impedir a redenção do homem. Essa redenção só é possível se cada presente reconhecer-se como visado por esse passado que lhe é sincrônico.

O historiador, para Benjamin, deve ser agudamente sensível a esse apelo que vem do passado, para fixá-lo como uma imagem relampejante, recordando-se dele, reconhecendo-o como atual, como relevante para o presente, como saturado de ágoras, porquanto, a

(...) história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pela temporalidade de ágoras (Jetztzeit). Assim, a antiga Roma era, para Robespierre, um passado carregado de tempo-de-agora, passado que ele fazia explodir do contínuo da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma retornada. Ela citava a antiga Roma exatamente como a moda cita um traje do passado (BENJAMIN, 2014, p.119).

Essa outra relação com o tempo histórico leva a uma nova forma de construção historiográfica.

Benjamin denuncia as operações historiográficas habituais, que sob a aparência de coerência, cuidam de apagar as dúvidas possíveis na transmissão da história e mesmo de silenciar os abismos irreduzíveis do acontecido. Essa operação “tapa-buraco” não é necessariamente intencional; como tampouco é privilégio só da história dita burguesa, mas pode caracterizar também uma historiografia dita de esquerda. Assim as pirâmides do Egito preparariam os templos gregos e os monumentos da República, esses, por sua vez, prefigurando os edifícios oficiais do Estado democrático (GAGNEBIN, 2009, p.184-185).

Uma forma de romper com as construções historiográficas historicistas, segundo Benjamin, é “escovar a história a contrapelo”. Lowy, ao refletir sobre a ideia de história em Benjamin escreve que o imperativo “escovar a história a contrapelo”, expõe um duplo significado:

a) Histórico: trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos. Deste ponto de vista, entende-se a

continuidade histórica das classes dominantes como um único e enorme cortejo triunfal, ocasionalmente interrompido por sublevações das classes subalternas;

b) Político: a revolução não acontece graças ao curso natural das coisas, é necessário lutar contra a corrente, porquanto, deixada à própria sorte, a história só produz guerras.

Além da concepção de progresso e a busca de uma forma de construção historiográfica, Sevcenko, ao escrever o texto *O pós-moderno*, dialoga com a ideia de obra de arte em Walter Benjamin de que as obras de arte que pertencem ao passado não se encerram nele, mas continuam a agir e a viver na sua recepção e transmissão e, por conseguinte, o passado continua vivo, mesmo que encoberto no presente, ou seja, há uma relação com o passado e as obras de arte que não é uma relação de posse e acumulação, mas uma relação viva e ativa.

Em toda obra de arte autêntica existe um lugar onde aquele que a penetra sente uma aragem como a brisa fresca de um amanhecer. Daí resulta que arte, muitas vezes considerada como refratária a qualquer relação com o progresso, pode servir à sua verdadeira definição. O progresso não se situa na continuidade do tempo e sim em suas inferências, onde algo verdadeiramente novo se faz sentir pela primeira vez, com a sobriedade do amanhecer (apud GAGNEBIN, 2009, p. 199-200).

Os filósofos Nietzsche e Walter Benjamin são utilizados para pensar uma forma de instituir um regime de historicidade diferente do praticado pela historiografia moderna. Além deles, o crítico literário Hayden White é apontado nos textos dos historiadores brasileiros como alguém que trouxe contribuições significativas para o debate acerca da historiografia pós-moderna.

C) Hayden White

A historiadora Gisele Manganelli Fernandes²⁵, no texto *O Pós-modernismo*, explica que White mostra que tanto a história, quanto a ficção, são formas discursivas e, portanto, sujeitas às várias interpretações. Já o historiador José Antônio Vasconcelos, no livro *Quem tem medo da teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*, defende que White foi o primeiro a construir uma teoria detalhada da história como exercício tropológico, na qual não há significado no passado, mas na medida em que o historiador produz narrativa.

²⁵ FERNANDES, Gisele Manganelli. O pós-modernismo. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana(Orgs). Teoria Literária, abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2005.

Antonio Paulo Benatte²⁶ retoma os argumentos utilizados por Hayden White para propor um aperfeiçoamento das técnicas de relato utilizadas pelos historiadores. Seguindo os argumentos de Antônio Paulo Benatte, o historiador Mauro Polacow Bisson, no texto *Brincando nos Campos do senhor: religiosidade, pós-modernismo e interpretação*²⁷, aproximou a história da literatura, desconstruindo a ilusão que faz da história uma disciplina científica.

A leitura dos textos dos historiadores brasileiros acarreta à compreensão do porquê de White recorrer à retórica e à narrativa para compreender como os textos de história são construídos e constituídos.

Para Keith Jenkins²⁸, o que tem ocupado Hayden White em grande parte de sua obra teórica

(...) es el modo em que los historiadores (...) tienen que pasar por los mismos procesos formales (estructuradores) a fin de producir, a partir de los rastros del pasado, algo que esos rastros nunca fueron y nunca indicaron, a saber, um texto histórico de estructura narrativa como artefacto literário cuyo contenido es tanto imaginado como descubierto, um fenomeno enteramente dentro del lenguaje. (KENKINS, 2006, p. 196)

Hayden White deixa isso bastante claro no prefácio de uma das suas obras mais instigantes, *Metahistória - a imaginação histórica no século XIX*, ao afirmar que a história é uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que é, em geral, prefigurado, poeticamente, por estruturas de enredo e uso de tropos retóricos.

(...) fui forçado a postular um nível profundo de consciência no qual um pensador da história escolhe as estratégias conceituais com que irá explicar ou representar seus dados. Nesse nível acredito, o historiador realiza um ato essencialmente poético, em que prefigura o campo histórico e o constitui como um domínio no qual é possível aplicar as teorias específicas que utilizará para explicar “o que está realmente acontecendo” nele. Esse ato de prefiguração pode, por sua vez, assumir certo número de formas cujos tipos são caracterizáveis pelos modos linguísticos em que estão vazados. (WHITE, 1992, p.12)

²⁶ BENATTE, Antônio Paulo . História, ciência, escritura e política. In: Luiza Margareth Rago; Renato Gimenes. (Orgs.). *Narrar o Passado, repensar a história*. 1ªed.Campinas: Ed da Unicamp, 2000, v. p. 63-106.

²⁷ BISSON, M. P. Brincando nos campos do Senhor: religiosidade, pós-modernismo e interpretação. In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, São Paulo, Unicamp/IFCH, 2000, p. 213.

²⁸ JENKINS, Keith. *Por qué la historia? Ética y posmodernidad*. Trad: Stella Mastrangelo.Puech. Mexico:FCE, 2006.

Isso posto, White deslocou a precedência das fontes sobre os relatos históricos e concedeu um papel decisivo à formalização na composição do discurso do historiador. Portanto, para White, a forma pela qual o discurso histórico recebe certa feição ou imagem não prove dos dados com os quais o historiador trabalha, mas da organização das informações dispersas em um arquétipo narrativo. Em suma, a atividade intelectual do historiador é, ao mesmo, tempo científica e poética. Dessa maneira, à narrativa histórica podem ser aplicados modelos de análise literários.

Hayden White, ainda em sua obra *Metahistória*, identifica quatro tipos de enredos presentes no discurso do historiador (romance, comédia, tragédia e sátira), e seus respectivos tropos retóricos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia). Essas estruturas, segundo White, não devem ser confundidas com os conceitos teóricos de causa, consequência e contexto que os historiadores utilizam para dar, à história, uma aparência de explicação, porquanto encontra-se superfície do texto e são fáceis de identificar. Ressalta, White, que as estruturas profundas presentes nas produções dos textos históricos são:

três tipos de estratégias que podem ser usadas pelos historiadores para alcançar tipos de "impressão explicativa". Chamo, a essas estratégias, explicação por argumentação formal, explicação por argumentação de enredo e explicação por argumentação ideológica. Dentro de cada uma dessas diferentes estratégias identifico quatro possíveis modos de explicação pelos quais pode o historiador alcançar uma impressão explicativa de um tipo específico (WHITE, 1992, p.12.)

Para White, há quatro estratégias utilizadas pelos historiadores para explicar o que ocorreu no passado, chamadas tropos, são elas: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Qualquer campo de estudo ainda não reduzido (ou elevado) ao estatuto de verdadeira ciência, o pensamento permanece cativo do modo lingüístico no qual procura apreender o contorno dos objetos que povoam seu campo de percepção (WHITE, 1992, p.14)

Essas proposições ficam claras não apenas em *Metahistoria*, mas também no artigo *O texto histórico como artefato literário*²⁹, de 1974, em que resume bem suas ideias, diz White que:

²⁹ WHITE, Hayden. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio C. DE Franco Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestadamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tão inventados como descobertos e cujas formas tem mais em comum com suas contrapartidas na literatura do que na ciência (WHITE, 1994, p. 98).

Neste texto, White ressalva que, na maioria das vezes, o historiador não aceita, ou não tem consciência de produzir artefatos literários, preferindo refugiar-se ou em uma concepção de ciência já superada, ou considerar-se dispensável mediador entre os procedimentos artísticos e científicos, ao situar-se nesse plano médio epistemológico.

Essas questões também foram discutidas naquele que talvez seja o ensaio mais desafiador de White, *O fardo da história*, de 1966, em que interroga a concepção científica da história, seguindo as concepções nietzschianas. Para ele, a dessemelhança radical entre arte e ciência resultou de um mal-entendido promovido pelo medo que o artista romântico tinha da ciência e de um desdém positivista que o cientista relegava à arte romântica. Em sua opinião, enquanto os historiadores ficaram aprisionados às convenções do realismo, que também incidiram sobre as artes na segunda metade do século XIX, estas romperam com as concepções de realidade e ampliaram seus horizontes de representação e criação.

Em suma, quando os historiadores asseveram que a história é uma combinação de ciência e arte, em geral, estão querendo dizer que ela é uma combinação da ciência social e da arte do fim do século XIX (...). Se tal é o caso então os artistas e também os cientistas encontraram uma justificativa para criticar os historiadores, não por terem eles estudado o passado, mas por estarem estudando como uma ciência e uma arte de má qualidade (WHITE, 1994, p.36).

Em seus últimos escritos publicados, White³⁰ continua defendendo a possibilidade de o historiador recorrer às formas mais enriquecedoras para representar a magnitude das transformações socioculturais contemporâneas. Além do mais, visa descobrir formas no modernismo literário capaz de permitir o cruzamento entre historiografia e teoria literária.

O modernismo literário revelou possibilidades novas ou esquecidas do próprio discurso narrativo, potencialidades para tornar inteligíveis às experiências especificamente modernas de tempo, de consciência histórica e realidade social. O modernismo literário não repudiou o discurso narrativo, mas descobriu nele um conteúdo, lingüístico e tropológico, adequado a representação de dimensões da vida histórica só implicitamente percebidas

³⁰ WHITE, Hayden . "Teoria literária e escrita da história". Estudos Históricos. Rio de Janeiro. 1994. pp 21-48.

no realismo do século XIX, tanto literário como histórico. A adequação do conteúdo da forma do modernismo literário para a representação da forma e do conteúdo do tipo de vida histórica que desejamos chamar de moderna comprova a relevância do modernismo literário para um discurso histórico moderno (WHITE, 1994, p. 44-45).

D) Keith Jenkins

Um historiador que leva às últimas consequências o pensamento desenvolvido por Hayden White no campo da teoria da história é o inglês Keith Jenkins, professor emérito de teoria da história da universidade de Chicester e autor de vários livros de história com estudos dedicados principalmente ao problema da pós-modernidade³¹.

No texto *Reinventando o fazer historiográfico à luz de certas aporias pós-modernistas*, o historiador Jonathan Menezes, dialogando com o pensamento desenvolvido por Jenkins em suas obras *A história repensada* e *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*, pretende propor novas formas para o fazer historiográfico.

No livro *A história refigurada*, Jenkins argumenta que viver em um mundo pós-moderno afeta o que pode-se afirmar sobre a história. Para o historiador inglês, no rastro de centros ausentes e das metanarrativas ruídas, que o tempo pós-moderno gerou, há uma multiplicidade de relatos históricos que têm rompido com a forma moderna de fazer história dominante no século XIX e XX, e tem lançado uma nova luz ao fazer historiográfico, porquanto,

Houve um tempo, um tempo cujas marcas ainda carregamos, em que se achava que havia algo intrinsecamente importante em várias historicizações do passado, que poderiam funcionar como base de conhecimento real e válido. Dito de forma muito básica, aquela antiga crença no valor intrínseco do passado era composta por dois elementos principais. Em primeiro lugar considerava-se que se deveria estudar o passado (“o antes do agora”) “por si” e fazê-lo “em seus próprios termos”, como se a história fosse capaz de produzir suas próprias questões essenciais, e não apenas a ocasião para formular as nossas. E, em segundo lugar, em virtude dessa atitude, as histórias escritas por acadêmicos profissionais sobre esse passado foram concebidas como se estivessem de alguma forma à espera de ser encontradas no passado, respeitosamente descobertas e fielmente trazidas de volta a nós, interpretadas, é certo, mas, ainda assim, descobertas-como fragmentos de algum quebra cabeça preexistente (JENKINS, 2014, p.19).

³¹ Merecem destaque duas de suas obras JENKINS, Keith: *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*; Trad: Roberto Cataldo Costa. São Paulo, Contexto, 2014 e JENKINS, Keith. *A História repensada*. Trad: Mario Vilela. São Paulo, Contexto, 2001.

Essa historiografia confundiu história com o passado e acreditou na possibilidade de recuperar o passado em sua essência, contudo, segundo Jenkins, existe uma distinção entre o passado e a história. O passado já aconteceu e os historiadores só conseguem trazê-lo, mediado por outros veículos, ou seja, a história é um constructo linguístico intertextual. Logo, o passado sempre chega como narrativas e não é possível sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado real. Nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado é construído por acontecimentos e situações, não relatos. Não obstante, o passado é sempre condicionado por visões e vontades.

O passado sempre foi e sempre irá com qualquer um, sem sombra de ciúme ou pitada de fidelidade permanente a uma determinada pessoa: hagiógrafos, antiquários profissionais, marxistas, estruturalistas, fascistas, feministas, neorrankeanos, pragmáticos-qualquer um pode tê-lo (JENKINS, 2014, p.21).

Para Jenkins, o fato do passado não poder ser cientificamente representado, ao invés de lamentável, é o melhor que pode acontecer. O fato dos historiadores nunca conseguirem representar o passado tal como ele ocorreu, e suas representações do “antes do agora” serem falhas, é positivo “pois é essa falha que permite que se alcance a alteridade radical, que surjam novas imaginações”. (JENKINS, 2014, p.15).

Ainda segundo Jenkins, com o fracasso do “projeto iluminista” a condição pós-moderna permite reconfigurar a história, pois como seria essa reconfiguração, ou seja, como seria uma historiografia pós-modernista? Há algumas pistas para a resposta dessa questão no livro *A história refigurada*, no qual Jenkins, partindo de uma visão presentista da história, argumenta que se a história somos apenas nós, lá atrás, projetando a nossa voz, então a história pós-moderna será constituída em virtude de ter as mesmas características que nos constituímos e nos entendemos. Como os sujeitos pós-modernos estão sendo constantemente feitos e refeitos, lidos e relidos, de forma constante, sem qualquer fixação, então, a história, ou como chama Jenkins, o “antes do agora” deve ser apropriado e enfrentado de acordo com essas considerações.

Então, esse “antes do agora” é considerado inatingível em sua totalidade, relativista em suas partes, infinitamente legível e re-legível, escrevível e re-escrevível, comprovadamente contingente e casual, e, assim, um topo ao qual só se pode dar forma, estilo ou sentido (figura) histórico por meio de uma

série de decisões interpretativas, perspectivas, que são, em última análise, indecíveis (...) de modo a produzir a produzir algum tipo de unidade que é claramente uma solução ficcional, um ato da imaginação; na verdade algo claramente fabular, isto é, algo que é contado, narrado, não tendo existência “real” fora do conto, do contar (JENKINS, 2014, p.87-88).

Dessarte, o historiador é livre para fazer o que quiser, para colocar os signos que o próprio ato de colocar torna significativa, ou seja, a história abre-se para reconfigurações alternativas. Como colocou Jenkins, ao dialogar com Baudrillard:

(...) será que não poderíamos imaginar e construir, por exemplo, uma história anagramática, “na qual o sentido fosse desmembrado e espalhado ao vento, como o nome de Deus no anagrama”? Ou uma história rimada, que pudesse ser lida em qualquer direção. Não poderíamos pensar no “antes do agora” organizado na estrutura de um acróstico (em que as letras iniciais e finais das linhas se tornam palavras e sentidos diferentes, independente e inderiváveis a partir das palavras –conteúdo- entre elas. Ou na forma de estrofe, em que um grupo de linhas é separado do resto de um poema para formar ideia de sentido, que não é derivada a partir do contexto imediato ou do poema completo (pensemos em micro-histórias) ... e assim por diante. (JENKINS, 2014, p.93).

Ademais, para Jenkins, esse fluxo de novas formas para narrar o passado advindo da pós-modernidade, em termos lógicos, é uma ruptura que não deveria ter sido feita, porquanto se as afirmações pós-modernas de que a história trata-se de discursos figurativos e estéticos estiverem corretas, não significa que as histórias pós-modernas sejam os únicos exemplos de uma estetização do passado opostas às modernistas, os quais, simplesmente, não são estéticas, mas que a história sempre foi e sempre será uma estética, nunca houve uma história de outro tipo.

Todas as histórias sempre foram e sempre serão discursos figurativos, estéticos; todas as histórias são portanto, do tipo estético, que os pós-modernos elevam ao nível da consciência. O que é uma outra maneira de dizer que o pós-modernismo é a única opção. De modo que, para nós, chegar ao final das histórias epistemológicas é cair em si, por assim dizer; esse pensamento tão afortunado, que pode, neste momento, ser lançado: as histórias epistemológicas jamais deveriam ter existido; as histórias jamais deveriam ter sido modernas. (JENKINS, 2014, p. 101).

Em vários momentos do livro *História Refigurada*, o historiador Keith Jenkins recorre às proposições do holandês Frank Ankersmit, particularmente as teorias sobre “enunciados” e “textos” e “substâncias narrativas”. Estas teorias mudam a atenção do aspecto do trabalho do historiador relacionado à pesquisa/arquivo para os aspectos de figuração e estetização textuais e, assim, dão visibilidade às questões semânticas da historicização do passado.

As teorias de Ankersmit também aparecem no trabalho *Quem tem medo da teoria: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*, de José Antonio Vasconcelos, que recorre ao artigo *Historiografia e pós-modernismo*, escrito pelo historiador holandês, para analisar a aplicabilidade da teoria pós-modernista na história.

E) Ankersmit

Frank Ankersmit foi um dos poucos historiadores que se pronunciou abertamente em favor do pós-modernismo. Seu artigo *Historiografia e pós-modernismo*³² é quase um manifesto a favor de uma história pós-moderna³³. Suas reflexões acerca do pós-modernismo e as questões que envolvem o texto histórico aparecem também em outros trabalhos como em *O uso da linguagem na escrita da história* e *Virada Linguística, teoria literária e teoria da história*.

No artigo *Virada Linguística, teoria literária e teoria da história*, Ankersmit afirma que, até as décadas de 1950 e 1960, os filósofos da história voltaram sua atenção para conceitos como causalidade e consequência na história, de forma que o texto histórico, em seu conjunto, não foi objeto de investigação filosófica. Isso levou os problemas referentes ao conhecimento histórico serem vistos em partes e não onde realmente está, no nível do texto. De certa forma, Ankersmit tenta suprir essa deficiência do conhecimento histórico desenvolvendo o conceito de substância narrativa, transferindo a atenção para a fase de construção do texto histórico pelo historiador.

Ankersmit expõe suas ideias sobre substâncias narrativas no artigo *Resposta a Zagorin*, publicado na revista *História e Teoria* em 1990³⁴. Neste artigo, Ankermit afirma que, no caminho entre o modernismo e o pós-modernismo, encontra-se o texto histórico. Dessa forma, observa-se que os textos históricos são constituídos de enunciados individuais e que, apesar das funções diferentes que exercem, a maioria

³² ANKERSMIT, Frank. *Historiografia e pós-modernismo*. Revista **Topoi**, Rio de Janeiro, vol.2, n.e, p113-135,mar.2001.

³³ Ankersmit assumiu em textos como *Historiografia e pós-modernismo* de 1989 ou *O uso da linguagem na escrita da história* de 1994, uma posição de defesa ao pós-modernismo. No entanto, em entrevista publicada como apêndice ao livro *A escrita da história – a natureza da representação histórica*, Ankersmit afirma que o pós-modernismo inicialmente parecia ser uma boa idéia, e que nós realmente precisávamos de uma correção ao imperialismo do cientificismo, mas segundo Ankersmit os historiadores pós-modernistas erraram ao voltar seu olhos para narrativa, e ele há algum tempo deslocou a atenção da narrativa para representação, afirmando o afastamento das idéias pós-modernas(ANKERSMIT, 2013,p. 321).

³⁴ Ankersmit, Frank. *Resposta a Zagorin*. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 153-173.

descreve algum fato ocorrido no passado. Os historiadores formulam estes enunciados baseados em evidências, descobertas em arquivos ou em outros lugares, determinantes para aferir a verdade ou falsidade dos enunciados em questão.

As evidências disponíveis aos historiadores permitem que façam maior número de enunciados verdadeiros do que os que se encontram, de fato, em seus textos. Entre todos enunciados que poderiam fazer sobre o passado, os historiadores selecionam aqueles que decidem mencionar em seus textos. Afinal, a razão pelo qual, acrescenta Ankersmit, os historiadores são cuidadosos em relação aos seus enunciados é que esses enunciados, quando considerados em conjunto, determinam a imagem, daquela parte do passado, apresentada aos seus leitores como uma proposta sobre como figurar esse passado. Para Ankersmit,

Poderia dizer-se que a elaboração do texto requer do historiador uma política quanto ao enunciado; e que o texto é resultado dessa política. A razão do cuidado nesse processo de seleção é que estes enunciados, quando considerados em conjunto, determinam uma imagem da parte do passado escolhida e que para o historiador esta imagem não é menos importante do que a compõe (ANKERSMIT, 2002, p.156).

A partir da discussão acerca dos enunciados e textos, Ankermit conclui que o mais importante nos textos históricos não é encontrado nos enunciados individuais, mas na política adotada pelos historiadores para criarem uma imagem do passado. Ankersmit denomina essa imagem do passado de substâncias narrativas e afirma que

Se levarmos a sério o texto e as suas substâncias narrativas, vamos nos tornar pós-modernos; se enxergarmos apenas o enunciado permaneceremos modernos. Ou, para expressá-lo em frase de efeito: o enunciado é moderno, o texto é pós-moderno (ANKERSMIT, 2002, p.78).

Mas o que são as substâncias narrativas? Ainda no artigo *Resposta a Zagorin* encontra-se a resposta para essa questão, quando Ankersmit afirma:

Portanto, noções como Renascimento e outras devem ser consideradas como os nomes analíticos de substâncias narrativas, e assim, no que diz respeito a referência, é preciso negar-lhes a capacidade de se referir a qualquer coisa fora do texto: elas se referem apenas a substâncias narrativas, isto é, um conjunto de enunciados contidos pelo texto. Pois o que impede essas substâncias narrativas de fazer referências que estejam fora delas mesmas é o fato de que o Renascimento, por exemplo, não existiu realmente para que se possa fazer referência a ele dessa forma.

Igualmente, o Iluminismo é um conceito performativamente produzido ao se associarem aos enunciados internos do texto e, portanto, não há fora deles a que eles possam se referir. O que significa que as substâncias narrativas são analiticamente “verdadeiras” através dos enunciados internos dos textos e nunca são externamente (sinteticamente) verdadeiras, porque não existe Iluminismo “lá fora” para que elas correspondam a ele antes de a substância narrativa criá-lo como nome coletivo/próprio para o seu conjunto de enunciados. (ANKERSMIT,2002, p.89).

Dessarte, Ankersmit conclui que se a narrativa tem uma substancialidade própria, se ela é em si mesmo uma coisa tal como o fenômeno epistemológico nela descrito, não existe nenhum laço epistemológico que ligue a narrativa à realidade histórica. De certa forma, Ankermit já coloca a proposta da história enquanto um discurso estético, explicada no artigo *Historiografia e pós-modernismo*. Para Ankermit, com a pós-modernidade há o reconhecimento da natureza estética da historiografia, transformando a relação do historiador com a evidência histórica.

Para o modernista, dentro de sua noção científica de mundo, dentro da visão de história que inicialmente todos aceitamos, evidências são essencialmente evidências de que algo aconteceu no passado. O historiador modernista seguia uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás destas fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado; pois é para isso que de fato usamos essas evidências. Para expressar essa idéia por meio de imagens: para o modernista, a evidência é um azulejo que ele levanta para ver o que está por baixo; para o pós-modernista, ela é um azulejo sobre o qual ele pisa para chegar a outros azulejos; horizontalmente em vez de verticalmente (ANKERSMIT, 2001, p.124).

Dessa forma, Ankermit vê, no pós-modernismo, um momento de ruptura na historiografia explicado por meio da metáfora da árvore. Assim, a tradição modernista focou a atenção dos historiadores no tronco da árvore, os pós-modernistas a escolha não recaí sobre o tronco, nem sobre os galhos, mas sobre as folhas das árvores caídas ao chão. Já na visão pós-moderna da história, a meta não é mais a integração, síntese e totalidade, os historiadores voltam seus olhos para as migalhas. Isso leva Ankersmit afirmar:

Por várias razões, podemos presumir que o outono chegou para a historiografia ocidental. Primeiramente, existe, é claro, a natureza pós-moderna de nossos tempos. Nosso antiessencialismo, ou, como tem sido mais popularmente chamado ultimamente, nosso “antifundacionalismo” diminuiu nosso compromisso com a ciência e com as historiografias tradicionais. A nova posição da Europa no cenário mundial a partir de 1945 é um segundo indicador importante. A História desse apêndice do continente da Eurásia não é mais a história do mundo. O que gostaríamos

de conceber como o tronco da árvore da História Ocidental tornou-se parte de uma floresta. Os meta-récits que gostaríamos de contar sobre a nossa história, sobre o triunfo da Razão, sobre a luta gloriosa pela emancipação do proletariado dos trabalhadores do século XIX, são somente dados de importância local, e, portanto não são mais metanarrativas apropriadas. O vento gélido que, de acordo com Romein, soprou por volta de 1900 simultaneamente no Ocidente e no Oriente, finalmente acabou por varrer as folhas da nossa árvore da História por volta da segunda metade deste século (ANKERMIT, 2007, p. 129).

A partir de então, resta à historiografia, segundo Ankersmit, recorrer às folhas e estudá-las independente de suas origens, não mais segundo sua posição no passado, mas qual padrão pode-se formar para elas hoje. Dessa forma, Ankermit advoga uma nova postura da historiografia, uma mobilidade das fronteiras do conhecimento que leve a novas formas de expressão do discurso historiográfico, como fora mostrado ao analisar os trabalhos de Keith Jenkins, Hayden White e Nietzsche.

Todavia, esta postura diante do discurso historiográfico despertou efeitos reativos e muitos historiadores têm se manifestado na tentativa de garantir os cânones fundamentais da disciplina, assim como o caso do historiador Ciro Flamarion Cardoso que, no texto *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*³⁵, recorre às proposições de Roger Chartier para reafirmar a história enquanto uma disciplina científica.

F) Chartier

Chartier autor de uma vasta obra merecendo destaque seus livros sobre práticas de leituras na França e metodologia da história cultural. Para Chartier, a história na atualidade, não obstante ter abandonado muito de suas certezas, ingenuidades e indefinições teóricas, abrindo seu campo às inovações da cultura, da arte e do simbólico, deve estar atenta à ação dos falsários. Em seu artigo *A história hoje: dúvidas, desafios e proposta*³⁶, Chartier critica, de forma veemente, Hayden White, acusando de tomar a linguagem como um sistema fechado de signos cujas relações produzem por si só significados, de pensar a realidade como algo construído apenas por meio do discurso, sem existência exterior, e de retirar da operação historiográfica os seus objetos distintivos.

³⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio*. Bauru, Sp: Edusc, 1998.

³⁶ CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1994.pp97-113.

Contra uma tal abordagem ou tal shift (de White), é preciso lembrar que a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso e do conhecimento e seu objeto. Mesmo que escreva de uma forma literária, o historiador não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual é vestígio. (CHARTIER, 2013, p.13).

Ao retomar os conceitos discutidos por historiadores dedicados à pesquisa interdisciplinar com a literatura, a filosofia e as artes, Chartier faz uma defesa vigorosa da disciplina em seus vínculos com as ciências sociais e conclama os historiadores a estarem vigilantes contra todas as falsificações, dentre elas, uma suposta ficcionalização da história, cujo resultado seria a traição da memória.

G) Ginsburg

Carlo Ginsburg, outro ferrenho crítico do pós-modernismo, é citado pela historiadora Emilia Viotti da Costa³⁷ como alguém que defende as possibilidades de atingir o real pelo texto. Ginsburg tece críticas às abordagens pós-modernistas na obra *Relações de força: história, retórica e prova*.

Nesta obra, Ginsburg tenta mostrar que, no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica e que essa evidência, hoje esquecida, implica uma concepção no modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que o que está atualmente em voga.

Em resenha à edição inglesa do livro *Relações de força: história, retórica e prova*, o historiador inglês, Perry Anderson, apontou que talvez fosse mais adequado usar o termo evidência no lugar de prova. Carlo Ginsburg respondeu a questão de Perry Anderson argumentando que, rastreada a origem filosófica da palavra prova e seus desdobramentos linguísticos, no tempo e em diversos idiomas, pode-se notar que a ruptura epistemológica entre história e prova, em proveito de uma continuidade largamente aceita entre história e retórica, empurrou os laços entre história e prova para as margens. Assim, o apontamento de Perry Anderson, segundo argumento Ginsburg, deve-se ao fato de que

³⁷ COSTA, Emilia Viotti da. A dialética invertida:1960-1990. **Revista Brasileira de História**. Brasil 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27,p.9-26, 1994.

As teses cépticas baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica circulam já há alguns decênios, ainda que as suas raízes sejam, como se verá, mais antigas. Como de costume, os teóricos da historiografia que as propõem [e esse não é o caso de Perry Anderson] pouco se preocupam com o trabalho concreto dos historiadores. Mas estes, também, depois de fazerem uma homenagem convencional à tendência linguística ou retórica em voga, se mostram bem pouco inclinados a refletir sobre as implicações teóricas da sua profissão. Raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios. Parece-me que o único modo de superá-la é tomar a sério o desafio céptico, procurando expressar o ponto de vista de quem trabalha com os documentos, no sentido mais amplo do termo. A solução que proponho transfere para o âmago da pesquisa as tensões entre narração e documentação. Mas não é meu intuito pôr de acordo teóricos e historiadores e, provavelmente, descontentarei a todos (GINSBURG, 2002, p.13-14).

Para Ginsburg, a origem das ideias pós-modernistas remonta a Nietzsche, especialmente ao seu livro *A verdade e a mentira no sentido extra-moral*. Nesta obra, Nietzsche defende que tudo na linguagem é tropo, se a própria gramática não passa de um produto de figuras do discurso, a pretensão de conhecer o mundo por meio da linguagem é impossível. Logo, a forma como a obra de Nietzsche foi lida e interpretada teria dado, às ideias pós-modernistas na história, uma série de premissas hoje em voga. Porquanto,

Uma dessas premissas é a incompatibilidade entre retórica e prova ou (o que é o mesmo) a tácita aceitação daquela interpretação não referencial da retórica que, como já se viu, remonta a Nietzsche. Sustento, pelo contrário, como já mencionei, que uma reflexão sobre: história, retórica e prova deve recomeçar do texto que Nietzsche, depois de traduzir e estudar para as suas próprias aulas de Basileia, acabou por colocar de lado: a Retórica de Aristóteles. O fio que liga os temas, aparentemente heterogêneos, destas conferências parte daí (GINSBURG, 2002 p. 39-40).

Dessa forma, a tese que Ginsburg tenta elaborar é refutar os argumentos pós-modernos que mostram a prova em oposição à retórica. Para tanto, busca comprovar que o sucesso alcançado pelas ideias pós-modernas não se deve apenas à afirmação da impossibilidade de o historiador provar qualquer coisa, mas também, o esquecimento atingido na contemporaneidade, quanto à prova ser parte integrante da retórica, cujo ápice teria sido a obra Retórica de Aristóteles. Mas, o que teria levado a esse esquecimento? Segundo Ginsburg,

A redução da historiografia à retórica é, há três décadas, o cavalo de batalha de uma extensa polêmica antipositivista com implicações mais ou menos abertamente cépticas. Embora remontando, em substância, a Nietzsche, esta tese circula hoje basicamente sob os nomes de Roland Barthes e Hayden White. Ainda que não totalmente coincidentes, os seus

respectivos pontos de vista são associados pelos seguintes pressupostos, formulados de maneira ora mais ora menos explícita: a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais, tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (Idem, p. 47-8)

Hayden White e Barthes não se referem à retórica pensada e praticada por Aristóteles, em *A Retórica*, texto no qual o filósofo tenta mostrar que prova e verdade constituem os elementos principais da persuasão. Ressalta-se que o grego deixou uma definição de narrativa que possibilita sua utilidade na historiografia. Segundo as premissas de Aristóteles, a verdade pode ser reconstruída por meio de rastros e indícios, os quais implicam conexões necessárias e, fora dessas conexões, os historiadores movem-se no âmbito da verossimilhança, nunca da certeza.

Dessarte, pode-se verificar para quais autores os historiadores brasileiros voltaram seus olhos ao debater acerca de uma historiografia pós-moderna. Agora, faz-se necessário mapear quais contornos ganhou a discussão da pós-modernidade no Brasil, a partir das questões do tempo pós-moderno e a narrativa no discurso historiográfico.

TEMPO E NARRATIVA NO DEBATE SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NA HISTORIOGRAFIA

TEMPO PÓS-MODERNO E HISTÓRIA

Marc Bloch definiu história como “Ciência dos homens no tempo”, e acrescentou que o tempo da história é “o próprio plasma em que banham os fenômenos, é como o lugar de sua inteligibilidade” (BLOCH, 1965, p. 29). Da mesma forma, Fernand Braudel, acerca do tempo para o historiador, explica que “De fato, o historiador não sai jamais do tempo da história: o tempo cola em seu pensamento como a terra à pá do jardineiro” (BRAUDEL, 1998, p. 71).

Com isso, verifica-se que a categoria tempo é de imprescindível aos historiadores. Talvez, em consequência disso, os debates realizados pelos historiadores brasileiros acerca do pós-moderno, apesar de estarem filiados às linhas teóricas diferentes e, mesmo contrastantes entre si, têm em comum o fato de colocarem a questão da temporalidade como eixo central de suas análises. Logo, é possível inferir que o pós-moderno possui tantos sentidos, quantos foram os historiadores que escreveram sobre a questão. Ademais, as reflexões sobre o tema apontam de uma forma, ou de outra, para a passagem do tempo.

No texto *O efêmero is beautiful*³⁸, o historiador Nicolau Sevcenko convida a pensar o pós-moderno antes de tudo, enquanto uma reflexão sobre o tempo, ou mais propriamente, os tempos no plural.

Não um tempo homogêneo, linear, em que se pudesse estabelecer um recorte, e fixar uma data decisiva, um ato inaugural como se pode esperar da visão simplista da história na qual somos zelosamente educados. Não se pode definir um início preciso e embora se pronuncie e se deseje uma superação, ela não é nunca, infelizmente o fim. Trata-se antes de uma atitude nascida do espanto, do desencanto, da amargura afetiva, que procura se reconstituir em seguida como alternativa parcial, desprendida do sonho de arrogância, de unidade e poder, de cujo naufrágio participou, mas decidiu-se salvar a tempo, levando consigo o que pode resgatar da esperança (SEVCENKO, 1985, p.45).

Por conseguinte, é válido o questionamento sobre qual sonho de arrogância, de que unidade e poder o tempo pós-moderno participou, mas conseguiu se salvar?

³⁸ Este artigo foi originalmente publicado sob o título “O efêmero is beautiful”, na Folha de S. Paulo, Folhetim, número 434, 12.05.85. Posteriormente se tornou capítulo de um livro: SEVCENKO, Nicolau. O enigma pós-moderno. In: Pós-modernidade. 3ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

Há algumas pistas para responder a essa questão quando Sevcenko dialoga com o filósofo Walter Benjamin, remetendo ao seu *Angelus Novus*, o anjo da história, afinal, a tradição descreve a figura do anjo como o feliz mensageiro que vem anunciar os novos tempos. Assim, Walter Benjamin anuncia que as tragédias não são compreendidas porque entra-se de costas no futuro e, dessa forma, o *Angelus Novus*, de Benjamin, parece querer afastar-se daquilo que está olhando, anjo da história voltado para o passado, que vê apenas ruínas e catástrofes e parece não compreender o que vê. Mas a tempestade o impele de maneira irresistível para o futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto diante dele, o monte de escombros cresce até o céu.

Existe um quadro de Klee que se intitula "Angelus Novus". Ele representa um anjo que parece ter a intenção de distanciar-se do lugar em que parece imóvel. Seus olhos estão encarquilhados, sua boca aberta, suas asas estendidas. Tal é o aspecto que deve ter necessariamente o anjo da história. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde nos apresenta uma cadeia de eventos, ele não vê senão uma só e única catástrofe, que não cessa de amontoar ruínas sobre ruínas e as joga a seus pés. Ele bem que gostaria de se deter, acordar os mortos e reunir os vencidos. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se abate sobre suas asas, tão forte que o anjo não pode tornar a fechar. Essa tempestade o empurra incessantemente para o futuro, para o qual ele tem as costas voltadas, enquanto diante dele as ruínas se acumulam até o céu. Essa tempestade é o que denominamos progresso (Apud: SEVCENKO, 1985, p.46).

Benjamin escreveu esse texto, integrante de suas *Teses sobre filosofia* da história, em 1940. Para François Dosse (2013), a principal contribuição de Benjamin para a definição de um novo regime de historicidade situa-se em sua maneira de não considerar a relação entre passado e presente como uma simples relação de causa e efeito. Benjamin procura responder às expectativas não realizadas de um passado que sofre no interior do próprio presente, cuidando para tornar possível uma atualização do esquecido. Portanto, a história nada teria de causa e efeito. As análises de Jean-Marie Gagnebin (2005) acerca da filosofia da história de Walter Benjamin vão além e propõem que sejam encontradas nela um combate, tanto contra o historicismo, como contra o positivismo.

No século XVIII, a Europa voltou a pensar a história de uma maneira universal, única e singular, houve um esforço de reunificação da humanidade sob o princípio da razão e, assim, a história torna-se, novamente, um meio de salvação do homem, porquanto caracteriza-se como a marcha do espírito em busca da liberdade, na qual a redenção encontra-se no futuro, tal e qual a teologia cristã da história. Contudo, a

escatologia cristã cede lugar à utopia racional profana, todos os aspectos da vida humana caminhariam em uma mesma direção: a perfeição humana.

En la perspectiva moderna o tempo era lineal, no circular y no religioso, universal más que particular de una época, nación o fé. Mas importante aun: poseía una dirección, vale decir que en certa forma era acumulativo. Reproducía en la crónica el tempo universal y uniforme que los científicos percibían en la história natural. As ser lineal, prometia revelar um propósito superior cuyo significado sólo podia desentranarse en los assuntos humanos y no en el divina providencia (APPLEBY, HUNT, JACOB, 1998, p.61-62).

Dessa forma, é válido retomar a questão colocada anteriormente: de qual sonho de arrogância, de unidade e poder o tempo pós-moderno participou, mas conseguiu se salvar? Afere-se que o tempo pós-moderno se salvou da modernidade que, ao contrário de libertar, submeteu o homem ao império de uma maquinaria genocida sem precedentes, pois “a herança de Prometeu, ele descobre afinal, é a águia que devora as vísceras de cada um e não a redenção da humanidade” (SEVCENKO, 1985, p.50).

O tempo instaurado após a modernidade não segue mais a mesma direção e o mesmo vento do progresso, já não goza mais do mesmo privilégio de se fundirem com a fonte única de todo o poder, já não se acredita mais e nem se deixa levar pelas falsas promessas do futuro.

A arte teve papel fundamental como precursora deste tempo outro, afigurando-se como o lugar mais “confortável” para lidar com aquilo que, a princípio, possa parecer o extremo e o desconfortável. Nas artes, sempre encontra-se uma aguçada sensibilidade para as novas demandas de orientação da vida humana, porquanto, é como se a arte fosse capaz de se inserir passivamente em uma estrutura linear rígida já a deformando e produzindo uma nova temporalidade. Dessarte, atitudes de rejeição à herança socrático-platônica de unidade, transcendência e supremacia do belo e rejeição de toda experiência à homogeneidade de representações metafísicas são encontradas em textos de Mallarmé, Joyce ou nos escritos de Kafka. Dessa forma, é válido lembrar dos manuscritos apócrifos de Borges, como o de número 34.

Busca pelo agrado de buscar
Não de encontrar
O de número 39 assinala:
A porta quem escolhe não o homem

E alerta ainda o belíssimo 41:
Não se edifica sobre pedra, tudo sobre areia, mas nosso dever é edificar
como se fosse pedra a areia (BORGES, 1985).

Sevcenko propõe, ainda, que o tempo pós-moderno traz com ele a ambiguidade, aliás, ele é feito delas e sem dúvida deve ser superado. No entanto, “não há como negar que existe aí uma bela, generosa e multifacetada esperança. O anseio de uma justiça que possa ser sensível ao pequeno, ao incompleto e ao múltiplo” (SEVCENKO, 1990, p.54). Logo, verifica-se que existe, no texto, uma substituição da ideia de progresso, presente nos tempos modernos, pela ideia de esperança na pós-modernidade. Se, com a modernidade, os olhos estavam voltados apenas para a expectativa de um futuro melhor, cabe agora aos homens olharem para o passado e aprenderem com a experiência.

Foi com o filósofo alemão Koselleck (2006) que a expectativa e a experiência são apresentadas como categorias históricas. Assim, a experiência pertenceria ao passado, a qual se concretizaria no presente de inúmeras maneiras, por meio da memória, dos vestígios, das permanências e, para os historiadores, das fontes históricas.

experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a experiência racional quanto as formas inconscientes de acontecimento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. (KOSELLECK, 2006, p.309).

Já as expectativas - que visam o futuro - correspondem a todo um universo de sensações e antecipações que referem ao que virá, o porvir. Já na modernidade, as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais da experiência o qual deixa de estar limitado pelo horizonte da expectativa, os limites de um e de outro.

Ao analisar o tempo pós-moderno e mostrar seu novo entrelaçamento com a experiência e expectativa, Sevcenko explica que

Creio que já seja uma vantagem e um alívio que o pós-moderno se apresente como um castelo de areia e não mais como uma nova Bastilha, um novo Reichstag, um novo Kremlin, um novo Capitólio. Apenas um castelo de areia, frágil, inconsistente, provisório, tal como todo ser humano. Um enigma que não merece a violência de ser decifrado. (SEVCENKO, 1985, p.55)

As reflexões propostas por Nicolau Sevcenko, acerca do pós-moderno enquanto uma questão de temporalidade, tiveram continuidade com o trabalho

História, Modernidade e Pós modernidade: os desafios contemporâneos do conhecimento” (1994), escrito pelo historiador Francisco Moraes Paz³⁹. Esse trabalho pode ser dividido em duas partes: i) análise do tempo pós-moderno enquanto determinada sensibilidade e ii) emergência do tempo pós-moderno.

Na busca de um entendimento do que seria a sensibilidade pós-moderna, Paz estabelece um diálogo com Steven Connor quando este afirma que

A cultura pós-moderna pode ser vista como equipamento de última geração, produzido e montado em vários lugares diferentes e vendido em vários lugares. Da mesma forma, vemos que tal como a modernidade foi pensada pelos homens que a viveram, a cultura pós-moderna nos é apresentada como uma experiência pensada pelos homens que estão a vivê-la. A condição pós-moderna revela, sobretudo, as lutas do agora e a tensão entre conhecimento e experiência. (Apud PAZ, 1994, p.12).

Segundo Paz, com a sensibilidade pós-moderna, houve a falência dos mitos dominantes da cultura ocidental e a necessidade de repensar os elementos constituintes do conhecimento científico. Logo, na contemporaneidade haveria a crise das análises estruturais e das grandes narrativas e, com isso, a promoção das micronarrativas capaz de refletir a reconhecimento da diversidade e a reconciliação com a diferença. Para Paz, as micronarrativas

(...) traduzem a redescoberta da sensibilidade para com o outro bem como a promoção intelectual das múltiplas experiências culturais. Talvez pelo desejo de ultrapassar a associação mítica entre a cultura e a unidade de culto. Ao mesmo tempo, a micronarrativa permite romper com o gesto narcísico de reprodução universal das imagens da civilização da tentativa de organização uniforme do espaço da experiência dos sentidos humanos (PAZ, 2004, p.20).

Ainda para Paz, um dos reflexos do advento da sensibilidade pós-moderna seria a crise da ideia de progresso, acompanhada dos avanços dos meios de comunicação, multiplicando, por conseguinte, as imagens do passado e as visões de mundo o que, conseqüentemente, anularia o princípio de realidade única e ampliaria os ideais pela libertação do múltiplo.

Essa postura diante da crise da modernidade possibilitou a compreensão do real enquanto algo envolto em uma zona de indefinições, levando Paz a parafrasear Paul Veyne, dizendo que “a verdade não é o principal valor do conhecimento. Ter ideias é mais importante que conhecer verdades” (PAZ, 2004, p. 21).

³⁹ PAZ, Francisco Moraes. *História, Modernidade e Pós-modernidade: os desafios contemporâneos do conhecimento*. Mimeo, 1994.

Especificamente no campo das humanidades, essa nova sensibilidade veio acompanhada pela promoção do indivíduo e busca pela compreensão de suas formas de viver. Ao mesmo tempo, houve um maior diálogo com outros campos do conhecimento e, assim, por exemplo, a distinção entre história e literatura passou a ser questionada, sobretudo, porque o real tem sido percorrido pelas representações.

O conhecimento produzido pela sensibilidade pós-moderna não é visto como algo negativo por Paz, ao contrário, ele é um dos primeiros historiadores a advogar a favor dessa nova sensibilidade.

(...) se aceitamos o conhecimento produzido pela modernidade, por que não aceitamos a pós-modernidade? Ambos estão marcados pelos prazeres e tristezas do tempo vivido, ambos contêm o sabor das experiências do poeta e do filósofo. Logo, livre-nos dos constrangimentos e das resistências a modernidade. Antes de toma-la como mera difusão do experimentalismo modernista, usemos tratá-la como uma nova sensibilidade, livre da fixação do passado e da sensação nostálgica do tempo perdido (PAZ, 1994, p.13).

Para Paz, um marco no debate intelectual acerca da pós-modernidade é a publicação da obra *A condição pós-moderna*, de Jean François Lyotard, publicada na década de 1970, cujo foco é a discussão acerca da função da narrativa no discurso e na ciência. Contudo, o seu interesse não é especialmente no que concerne ao conhecimento e os procedimentos científicos, mas as formas pelas quais estes obtêm legitimidade.

O tema da pós-modernidade remete, ainda, a dois outros marcos intelectuais. Primeiramente, a Walter Benjamin que, como poucos filósofos, experimentou o mal-estar da modernidade e, com extrema propriedade, utilizou-se do quadro de Klee – *Angelus Novus* – para mostrar suas impressões sobre a modernidade. E, da mesma forma, a Nietzsche que, em sua obra *Segunda Intempestiva: usos e abusos da história para a vida*, é o primeiro a aferir que a exigência oitocentista da história ser uma ciência do devir universal acaba tirando da história sua força vivificante. Nietzsche defende uma história que se assume como arte, porquanto, como arte, não está volta-se à verdade, apenas ao desejo inconsciente do artista, pois, além de ser conhecimento ou informação, o saber histórico apresenta-se como percepção.

A retomada do pensamento de Nietzsche para analisar o tempo pós-moderno ocorre no texto *Uma pós-modernidade trágica a historiografia para além da verdade e da mentira*, escrito pelos historiadores Gabriel Giannattasio e Guilherme Cantiere Bordonal. Esse texto faz parte do livro *Epistemologias da História: verdade,*

linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade⁴⁰, escrito por professores e alunos de história, cujo objetivo é refletir acerca da prática historiográfica, em relação aos diferentes pontos de vista metodológicos e acerca dos problemas teóricos apresentados ao saber histórico contemporâneo.

Partindo da premissa de que, nos tempos atuais, não cabe mais ao historiador recorrer ao discurso de que a teoria por ele utilizada está diluída em sua narrativa, nesta obra, é colocado em primeiro plano os fundamentos que sustentam o valor do conhecimento histórico. Em geral, a obra aponta para o fato de que assumir uma posição historiográfica pós-moderna significa não apenas abolir a verdade, como também exige um domínio cada vez maior do historiador sobre o seu próprio discurso, ou seja, colocar os instrumentos da operação historiográfica às vistas.

No que se refere ao tempo pós-moderno, o texto de Gabriel Giannattasio e Guilherme Bordonal inicia-se com uma tentativa de conceituar o tempo. Para tanto, recorre às reflexões de Santo Agostinho que abordou a problemática da temporalidade no livro XI de suas *Confissões*⁴¹. Nesta obra, lança a célebre questão: “O que é o tempo? Se ninguém me pergunta eu sei, se me perguntarem e eu quiser explicar eu não sei mais”, isto é, sabe-se o que é o tempo, pois não há experiência mais íntima presente em todos os nossos estados de espírito, de outro lado, quando a intenção é tornar mais claramente conhecida esta experiência, há dificuldade de passar de um sentido obscuro para uma constatação objetiva. Logo, pode-se dizer que o aspecto das vivências subjetivas que mais resiste à explicitação seja a temporalidade ou a maneira pela qual o tempo se inscreve na realidade humana.

Para Giannattasio e Bordonal (2011), ao lançar a questão: o que é o tempo? Santo Agostinho não oferece nenhuma resposta definitiva, mas consegue desconstruir a ideia ocidental de linearidade temporal, colocando a impossibilidade de ter o tempo em qualquer outra instância que não seja a abstrata. Assim, o tempo existe como um exercício construído intelectualmente pelo homem do conhecimento, não habita outro espaço além da linguagem.

Ainda segundo os mesmos autores, para se ter a percepção de que algo passou, é necessário fazer uso da memória, porquanto o processo que constitui a

⁴⁰ GIANNATTASIO, Gabriel. & IVANO, Rogério. (Orgs). *Epistemologias da História: Verdade, Linguagem, Realidade, Interpretação e Sentido na pós-modernidade*. Londrina: Eduel, 2011.

⁴¹ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).

memória é o armazenamento de algumas informações e o esquecimento de outras, ela é, pois, a principal característica que difere os homens dos animais. Assim, possuir uma memória é o que possibilita a construção de um mundo que jamais será encontrado no plano do vivido.

Conforme explica Nietzsche,

Pensem no exemplo mais extremo, um homem que não possuísse de modo algum a força de esquecer e que estivesse condenado a ver por toda a parte um vir-a-ser: tal homem não acredita mais em seu próprio ser, não acredita mais em si, vê tudo desmanchar-se em pontos móveis e se perde nesta torrente do vir-a-ser: como o leal discípulo de Heráclito, quase não se atreverá mais a levantar o dedo. A todo agir liga-se um esquecer: assim como a vida de tudo o que é orgânico diz respeito não apenas à luz, mas também à obscuridade. Um homem que quisesse sentir apenas historicamente seria semelhante ao que se obrigasse a abster-se de dormir ou ao animal que tivesse de viver apenas de ruminção e de ruminção sempre repetida. Portanto, é possível viver quase sem lembrança, sim, e viver feliz assim, como o mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento (NIETZSCHE, 2003, p. 09 e 10).

Da mesma forma, Gabriel Giannattasio e Guilherme Bordonal concluem que a questão primordial do tempo pós-moderno passa a ser o tempo presente. Afinal, cabe ao homem utilizar o passado e o futuro como forma de vivificar o presente, uma vez que o passado não existe mais e o futuro não existe ainda.

Há proposições parecidas a essa no livro *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades contemporâneas*, do filósofo Michel Maffesolli. Para Maffesolli, determinada época pode ser compreendida em função da acentuação que ela coloca sobre o tempo, porquanto as sociedades tradicionais privilegiariam o passado, a modernidade, o futuro, e outros povos, como os Renascentistas, acentuariam mais o presente. Maffesolli defende que vive-se o despertar das sociedades pós-modernas e, com elas, a passagem de um tempo monocromático, linear, seguro, para um tempo policromático, trágico por essência, e que valoriza o presente.

A raiva calma do presente, o desejo de viver sem se preocupar muito com o futuro é, certamente, a modulação contemporânea dessa constante antropológica que é o trágico. O que será feito amanhã pouco importa, posto que podemos gozar, aqui e agora o aqui o que se apresenta; uma paixão amorosa, uma exaltação religiosa ou a serenidade do tempo que passa (MAFFESOLLI, 2003, p.21).

Ainda, para Maffesolli, há algo de divino na acentuação do presente, mas um divino trágico, um pouco cruel, que não projeta em um futuro hipotético a solução

dos problemas que hoje se apresentam, mas vive pelo que são e, por isso, dá a vida presente todo o seu valor. Nietzsche, falando de uma pequena cidade alemã invadida pelo tédio, dominada pelo costume e cercada por obrigações de ordem, explica que “aqui poderíamos viver, posto que aqui vivemos” (Apud: Maffesolli, 2003, p.21)

Segundo Maffesolli, essa expressão admirável ressalta tudo o que o destino pode doar a existência.

A vida talvez não valha a nada, mas, já sabemos, nada vale a vida. O trágico nos obriga a pensar nesse paradoxo. Paradoxo intransponível para além das ideologias tranquilizadoras sobre a perfectibilidade do homem e da sociedade, para além das múltiplas ilusões de todo o gênero que formaram o progressismo ocidental, apela a uma lucidez fortificante, incitando a viver sua morte de todos dias, o que, depois de tudo, é uma boa maneira de viver a vida que nos tocou (MAFESSOLLI, 2003, p.21-22).

O historiador José Carlos Reis também discorre acerca do tempo pós-moderno enquanto um momento de retorno do trágico na sociedade contemporânea, marcados pelo dissenso e pelos jogos de linguagens divergentes.

Nesse meio, o Ocidente se percebe não linear, pois a ideia de um progresso contínuo releva-se enganoso e perigoso, conforme afirma Reis (2011, p.45), “o futuro não pode ser a única realização histórica legítima, pois virtual, sempre virgem. A vida é o atual, que não pode ceder seu lugar à vida futura”.

Ao perguntar que tempos são esses que se aproximam, José Carlos Reis escreve que é um momento de desencantamento do mundo, da perda de representações globais unificadoras do sentido histórico, no qual predomina uma nova experiência com a história. A pós-modernidade veio, então, demolir as bases do conhecimento histórico moderno, pois a recusa da filosofia da história, no sentido hegeliano e iluminista, a utopia, a crença no progresso que levariam à emancipação humana perderam relevância em favor da

Valorização da alteridade, da diferença regional e local, micro cortes no total social, apego às micronarrativas e à descrição densa, em detrimento da explicação globalizante, abertura a todos os fenômenos humanos no tempo, com ênfase no individual, no irracional, no imaginário. Nas representações subjetivas e irracionais (REIS, 2011, p.60-61).

Da mesma forma, os historiadores marxistas brasileiros refletiram sobre a temporalidade pós-moderna e os regimes de historicidade daí engendrados.

Em 1994, foi publicado, na *Revista Brasileira de História*, um texto de autoria da historiadora marxista Emília Viotti da Costa cujo título “A Dialética Invertida (1960-1990)”, tem caráter provocativo. Viotti analisa as correntes historiográficas que buscam emergir sobre os escombros da historiografia anterior (cartesiana, estruturalista, marxista), relacionando a emergência dessas correntes historiográficas, as mudanças que ocorriam nas sociedades e nos processos culturais. Além do mais, critica os historiadores que permaneceram apegados aos métodos estruturalistas dos anos 60 e os que rejeitavam as lições do passado para embarcar no pós-modernismo sem qualquer crítica.

Emília Viotti propôs uma síntese dessas tendências. Na abertura do texto, a evocação de uma imagem: “*Mai 68, on refrait le monde, Mai 86, on refrait la cuisine*”⁴². O jogo de palavras que apresenta a historiadora aparece no jornal francês *Le Monde* em maio de 1986. Viotti informa que foi produzido na capa de um volume de 1987 da *Radical History Review* americana. O sentido da reprodução do jornal francês na revista americana, segundo a autora, é fruto das preocupações de uma parcela de historiadores referente ao abandono dos historiadores da construção de uma sociedade mais justa. Para Viotti, o abandono da função da história como construtora de uma sociedade mais justa teria sido colocado em prática por uma historiografia pós-moderna, nascida como crítica a uma forma de fazer história demasiadamente objetiva e que, segundo Viotti, tornou-se uma total “inversão da dialética”.

E por que ocorreu essa inversão? A história pós-moderna é reflexo das transformações pelas quais passou a sociedade contemporânea, especialmente, as sociedades europeias e americanas. Portanto, caberia aos historiadores indagarem sobre sua validade em outros contextos.

Para nós a questão que se coloca é simples: se a nova historiografia nasceu de condições específicas, até que ponto é válido dentro de nosso contexto? Como comparar a situação de trabalhadores da América Latina com os trabalhadores europeus? (VIOTTI, 1990, p.25).

Ao tentar entender o tempo pós-moderno não como uma teoria epistemológica, mas antes de tudo como um fenômeno social, Viotti remete seus estudos às análises que Frederic Jameson realizou sobre a questão do pós-moderno.

⁴² “Maio de 68 refez-se o mundo. Maio de 86, reforma-se a cozinha.”

Segundo Ricardo Musse,

Jameson confere ao termo pós-moderno, para além de seu estatuto cultural, dimensões econômicas e geopolíticas. Diferentemente do neoestruturalismo francês, congrega nesse conceito não apenas uma teoria epistemológica, ou uma nova tendência estética, mas o concebe como um fenômeno social. (MUSSE, 2012, sn).

A nova dinâmica internacional do trabalho, das transações comerciais bancárias, as novas formas de mídia, a globalização, é, para Jameson, apenas uma manifestação do capitalismo tardio, um estágio do antigo imperialismo.

No ano de 1997, as análises de Emília Viotti da Costa têm continuidade com o texto *História e Paradigmas Rivais*, escrito por Ciro Flamarion Cardoso. O texto propõe analisar o tempo pós-moderno enquanto um período de transformações sociais, as quais remetem aos Estados Unidos da década de 1950 e 1960 quando, pela primeira vez, os trabalhadores de serviço e gestão tornaram-se mais numerosos. Esse tempo de transformações sociais levou o conhecimento histórico a perder seu caráter científico racional, sendo recomendável renunciar ao analítico e à macro-história em favor da hermenêutica, da microanálise e da concepção de história como narrativa literária.

Entretanto, para Cardoso, essas características epistemológicas do pós-modernismo estariam dando sinais de esgotamento no campo historiográfico, pois

Há alguns historiadores, dotados de vivo interesse pela epistemologia e pelos métodos de sua área de estudo, bem como conscientes, e isso há vários anos, do esgotamento das estruturas pós-modernas e culturalistas, os quais, por tal razão, mostram-se atentos às repercussões possíveis do declínio do pós-modernismo sobre o futuro imediato da História-disciplina (CARDOSO, 2005, p.152).

Se, com os trabalhos de José Carlos Reis e Gabriel Giannattasio, o tempo pós-moderno foi analisado enquanto o retorno do tempo trágico na atualidade, enquanto os trabalhos de Emília Viotti e Ciro Flamarion Cardoso apresentaram esse mesmo tempo enquanto uma nova etapa do capitalismo, o texto “O Pós-moderno” de Gisele Manganelli Fernandes reflete sobre esse tempo enquanto o momento da chamada “sociedade de controle”. Suas palavras foram:

Existe uma explosão do consumo levando as pessoas a consumirem produtos impulsivamente. Vivemos também na sociedade de vigilância. Somos controlados por monitores e câmeras por todos os lugares em que passamos e temos a sensação de que a tecnologia irá nos salvar de todos os perigos (FERNANDES, 2009, p.302).

Fernandes desenvolve a ideia de que, nos tempos pós-modernos, as câmeras exercem um poder muito grande, uma vez que é o mundo das imagens, a “sociedade do espetáculo”. Para Fernandes, as próprias imagens, em grande parte fruto da televisão, são um produto do capitalismo tardio e, como tal, tem que serem vistas no contexto de promover a cultura do consumismo. Como consequência, há um estado de alienação em que as pessoas perdem o contato com o real, porque a televisão traz imagens ao vivo constantemente e tudo acontece de um modo acelerado, as imagens são substituídas umas pelas outras de modo que logo possam ser esquecidas.

Em decorrência disso, Fernandes defende, ancorada nas pesquisas de Jamenson, que vive-se sempre no presente, perdendo a noção de história:

O desaparecimento do sentido de história, o modo como o nosso sistema social começou, pouco a pouco a perder sua capacidade de reter seu próprio passado, começou a viver num presente perpétuo e numa perpétua mudança que oblitera o tipo de tradições que todas as formações sociais anteriores, de um modo ou se outro, tiveram que preservar (Apud: FERNANDES,2009, p.307).

Ainda segundo Fernandes, nos tempos pós-modernos, a internet proporcionou uma série de problemas e um deles é com a segurança das mensagens, pois há *hackers* que podem invadir os computadores, programando vírus, causando danos, muitas vezes irreparáveis, nas vidas das pessoas. Isso significa que há uma prisão dentro de um amplo sistema, sobre a qual não tem-se o menor poder de intervenção e na qual nenhuma decisão individual tem importância. Vive-se sob permanente controle, localizados pela participação em redes sociais. Afinal, nela, tudo torna-se parte do banco de dados, ninguém consegue mais escapar da luz do poder, de um horizonte que encerra dentro da sua máquina de controle. Logo, o futuro seria sem futuro...

AS PALAVRAS NA HISTÓRIA E A PÓS-MODERNIDADE

Em 1973, o filósofo francês Jacques Derrida inicia a sua obra *Gramatologia* propondo que nunca, como no presente, a linguagem tem invadido o horizonte mundial das mais diversas pesquisas e dos discursos mais heterogêneos.

Pode-se dizer que o caminho que levou o domínio da linguagem nos debates das ciências humanas foi longo e complexo. Teve início ainda no século XIX, quando Friedrich Nietzsche escreveu que “Deus vive na gramática”, e continuidade com a publicação do *Curso de Linguística Geral* do suíço Ferdinand Saussure. Neste trabalho, tido como fundador do estruturalismo, Saussure afirma que a linguagem forma um sistema autônomo, fechado em si mesmo, o qual possui uma estrutura. A partir do desenvolvimento das teses de Saussure, chegou-se a afirmar que a linguagem não é um meio para comunicar sentido ou unidades de sentido, mas ao contrário, o sentido é uma função da linguagem, pois o homem não utiliza a linguagem para transmitir o seu pensamento, mas o que o homem pensa está condicionado pela linguagem.

Nos anos de 1960, com o desenvolvimento das teses pós-estruturalistas, houve uma tentativa de substituir o sistema linguístico de Saussure, firme e estável, por uma concepção de linguagem, instável, aberta e proteica. Segundo a síntese de David Harlan,

Os pós-estruturalistas atacaram primeiramente o entendimento saussuriano do signo como a união entre uma palavra (o significante) e a ideia por ele representado (o significado). Para Jacques Derrida, Roland Barthes e outros, esta unidade presumida não passa de uma ficção: os significantes não estão ligados aos significados, eles meramente apontam para outros significantes. No lugar de um sistema estruturado, gerando significados fixos, ficamos com uma cadeia infinita, de significantes, nos quais o sentido é sempre postergado, e finalmente ausente. Não há um ponto de referência externo, não há uma última palavra, não há um “significado transcendental” que estabeleça o sentido, garantindo-o de uma vez por todas. Há somente a atuação incessante e não mitigada dos significantes-significantes libertos da tirania do significado, significantes não mais acorrentados ao esquema estrutural de regras e oposição (HARLAN, 2001, p.17).

É no contexto de considerações como essas que, no campo da história, veio à tona um debate que envolve a linguagem, a possibilidade do historiador atingir o real pelo texto e a retomada da narrativa pelo fazer historiográfico. Assim, qual a relação existente entre história, linguagem e mundo? Essa questão está submersa

em um debate que envolve a crise da modernidade e o momento em que se passa a pensar em uma historiografia pós-moderna.

Em 1999, a Revista *Diálogos* publicou uma série de artigos teóricos, com considerações sobre a historiografia pós-moderna, com foco para a questão da narrativa na pós-modernidade. O debate teve início com a publicação do texto *Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador*, escrito por Ciro Flamarion Cardoso. Coube aos historiadores Pedro Paulo Funari e Astor Antonio Diehl escreverem artigos como resposta ao texto de Cardoso.

O texto de Cardoso aponta que, nestes tempos que alguns convencionaram chamar de pós-moderno, predomina em certos ambientes acadêmicos uma visão sobre a história, bem como sobre as demais ciências sociais de mera construção, tais disciplinas são entendidas como algo a serem abordadas apenas hermeneuticamente. Em outras palavras, não haveria história e, sim, história de e para determinados grupos definidos por dadas posições, significando que, ao escrever, um historiador se dirige, na realidade, a um destes grupos, aquele que partilhe com ele as premissas que constroem o seu discurso. Existe, então, uma história das mulheres, uma história dos homossexuais etc. Mas, Cardoso afirma apoiar opinião oposta,

não participamos da epistemologia em moda atualmente, que do realismo do objeto passou a um anti-realismo que se disfarça como “realismo simbólico” (ou pansemiótico); pois o abandono dos “grandes objetos” em favor da “história em migalhas” tem a ver exatamente com o abandono do realismo epistemológico. Não cremos que se ganhe alguma coisa descartando construções unilaterais como o homo faber ou o homo oeconomicus, se tal for feito em favor de outra concepção, igualmente unilateral: o homo symbolicus. Os processos de semiose estão, sem dúvida, presentes em tudo no mundo social humano; mas, se dele constituem uma dimensão onipresente, não o esgotam. Pretender o contrário é apenas mais um tremendo reducionismo. (CARDOSO, 1999, p.18).

Segundo Cardoso, os principais temas trabalhados pelos historiadores na pós-modernidade consistem na crítica da presença ou da apresentação em favor da representação, crítica da origem em favor dos fenômenos, crítica da unidade em favor da pluralidade, crítica da transcendência das normas, em favor da imanência e análise dos fenômenos mediante alteridade constitutiva. Quanto ao tema da presença, Cardoso aponta que refere-se à qualidade da experiência imediata e aos objetos que, por meio dela, se apresentam imediatamente.

Dessarte, o que é direta ou imediatamente dado na experiência tem sido contrastado na filosofia tradicional com as representações. Assim, por exemplo, a percepção, a sensação, os dados sensoriais foram considerados em diversas épocas condutos de tipo imediato para a realidade. Para Cardoso, o pós-modernismo questiona e, às vezes, nega esta distinção, nega que qualquer coisa esteja presente independente dos signos e da linguagem.

Já Funari defende que um aspecto central das discussões epistemológicas contemporâneas remete ao caráter discursivo da ciência, o que Cardoso chamou de narratividade. Segundo Funari, os historiadores têm colocado a importância de reconhecer o que os alemães chamam de conjunto de conceitos de uma época, a serem retraduzidos para o contexto do historiador de outra época. Funari defende que

Na medida em que o historiador produz, necessariamente, textos, sua narrativa não pode escapar às regras de qualquer construção discursiva. A pesquisa histórica e a escrita da História ligam-se pela estrutura narrativa, como se tem reconhecido em historiografias tão variadas como a norte-americana, a francesa e a alemã, propondo-se a substituição da noção de escritor da História por aquela de contador da História (FUNARI, 1999, p.45).

Ademais, Funari argumenta que, discordando de Cardoso, não deve-se considerar a importância da discursividade como mero antirrealismo, mas uma preocupação de como os historiadores produzem significados por meio do texto histórico.

Já Astor Antonio Diehl mostra que qualquer discussão sobre o pós-modernismo precisa passar pela forma como a modernidade tem sido interpretada. Para isso, Diehl estabelece um diálogo com pensadores alemães, como Kant e Nietzsche, Adorno e Horkheimer, sugerindo que posições aparentemente novas que receberam o nome de pós-modernidade não representam uma solução para os problemas vislumbrados nos pensadores, os primeiros responsáveis por uma crítica radical da modernidade.

Para finalizar o debate, Cardoso considera importante a preocupação com o texto, sua construção discursiva e o trabalho rigoroso levando-o em conta. No entanto, em sua opinião, ocorre um paralogismo quando do postulado de que o textual, o discurso e o simbólico estejam presentes em todos aspectos do cultural e

do social, passa-se a acreditar que aqueles aspectos esgotem o humano, o cultural e o social. Cardoso vai além argumentando:

Não vejo vantagem alguma em evacuar uma dada encarnação da famigerada “natureza humana”, por exemplo, o *homo economicus*, para, a seguir, ceder à outra, o *homo symbolicus*, tão reducionista e naturalizante quanto a primeira! Igualmente reducionista é considerar que, da constatação da presença de recursos retóricos de tipo narrativo nos textos que produzem os historiadores, se possa dar o salto que permitiria afirmar que a História escrita por tais profissionais não passe de um efeito do modo discursivo empregado. A história é muito mais do que um mero efeito discursivo; e uma coisa não tem porque, logicamente, conduzir à outra. Se conduz, é porque intervêm outras preferências epistemológicas, que não são as minhas (CARDOSO,1999, p.52).

Cardoso afirma ainda que prefere continuar trabalhando com a noção de verdade científica, mesmo reconhecendo que não é ascendente e cumulativa, mesmo havendo retrocessos e erros, becos sem saída e estagnações.

Isso posto, pode-se discernir três correntes de historiadores brasileiros nessas discussões que envolvem história, linguagem e mundo. Uma corrente representada por aqueles que procuram estabelecer o estatuto científico da história e acreditam na existência de uma continuidade entre a narrativa e o mundo, ou seja, que a linguagem usada pelo historiador para escrever sobre o passado corresponde ao passado como narrativa. Nomes como Ciro Flamarion Cardoso, Francisco Falcon, Emilia Viotti da Costa e Jurandir Malerba defendem essas proposições. Por outro lado, há aqueles historiadores que resolveram reduzir o mundo cognoscível à linguagem e assumir a posição extrema de que não é possível atingir o real pelo texto. Os trabalhos desenvolvidos por Gabriel Giannattasio e Alfredo Oliva de Oliveira apontam nessa direção. Por fim, historiadores como Antonio Paulo Benatte e José Antônio Vasconcelos defendem em suas pesquisas a história como gênero literário, com um forte elemento poético, propondo a retomada do historiador enquanto um contador de histórias.

Um marco no debate acerca da historiografia pós-moderna e a problematização que esta faz da linguagem foi a publicação do texto, já citado, “A dialética invertida”, de Emília Viotti da Costa. No que tange às questões da linguagem, a historiadora propõe que, na pós-modernidade, o cultural, o político e a linguagem deixaram de ser determinados para serem determinantes.

Ao reducionismo econômico substituiu-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou político, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se inverteram os termos do discurso historiográfico. A um tipo de retificação opõe-se outro. O que se assistiu foi uma mera inversão de duas posturas igualmente insatisfatória, nenhuma das quais faz jus à complexidade da dialética e da teoria da práxis. (VIOTTI, 1990, p.13).

A historiadora ainda afirma que, incapaz de subverter as estruturas do poder pelo Estado, a geração de 68 subverteu a linguagem. O texto de Emília Viotti da Costa identifica o que ela julga ser inconsistências na abordagem pós-moderna, sem, contudo, propor alternativas a estas abordagens. No grupo de autores que criticam o pós-modernismo, ademais, existem aqueles, como Francisco Falcon, que defendem a possibilidade do historiador atingir o real pela linguagem por meio dos pressupostos teóricos metodológicos da produção do conhecimento histórico.

A condição de possibilidade deste conhecimento está fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da produção do conhecimento histórico. Tais pressupostos apresentam-se em termos de relações entre sujeito e objeto do conhecimento materializadas no próprio discurso ou texto da história. Essas relações têm sido descritas e analisadas de variadas formas: positivista, historicista/historista, marxista, dialética, entre outras. (...) todas essas formas de produção do conhecimento histórico partem do mesmo pressuposto sobre a história: realidade, racionalidade, sentido (FALCON, 2002, p.27-28).

Dessa forma, para Falcon são os procedimentos metodológicos que permitem ao historiador produzir um conhecimento histórico verdadeiro e real. É o distanciamento epistemológico que separa a história da literatura ficcional, ou a história da “estória”.

As considerações de Emília Viotti da Costa e Francisco Falcon têm continuidade com os trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso. No texto “Crítica de duas questões relativas ao antirrealismo epistemológico contemporâneo”, o historiador fluminense busca mostrar que a narrativa histórica, longe de deformar os traços que relata à narrativa, prolonga seus traços fundamentais.

Ciro Flamarion Cardoso encontra alicerce para suas considerações na obra do historiador David Carr, para quem existe uma continuidade formal de características entre a narrativa e a realidade humana, tanto a individual, quanto a coletiva. No livro *Tempo, Narrativa e História*, de 1986, Carr argumenta que a historicidade, essa temporalidade da experiência, não se aplica apenas ao modo pelo qual o indivíduo experimenta o mundo. Em sua opinião, existiria uma continuidade entre o papel do tempo no nível elementar do indivíduo, seu papel no

nível da coletividade e finalmente da escrita da história. Carr segue, em sua obra, a noção de Hurssell, para quem a experiência histórica sempre está ligada a uma lembrança do passado (retenção) e uma retenção do futuro (extensão). Em outras palavras, a experiência de vida possui uma estrutura narrativa. Frank Ankersmit, ao analisar a obra de Carr, escreve:

Temporalidade e narratividade são conceitos intimamente conectados e são dois dos pilares sobre os quais toda a argumentação de Carr está fundada. Como Carr repete algumas vezes, não só não encontramos narratividade e temporalidade no nível das narrativas históricas acerca da realidade (passada), como elas também fazem parte de elementos importantes da própria realidade, ou seja, da própria vida (ANKERSMIT, 2012, p.310).

Ao retomar as proposições de David Carr, o trabalho de Ciro Flamarion Cardoso mostra que existe uma continuidade entre narratividade e mundo.

A estrutura da ação (passado/presente/futuro) é comum ao texto e à vida, à narrativa e à realidade. Quem propõe a descontinuidade, afirmando que na vida real não há começo, meio e fim, esquece que não só o nascimento e a morte como, também, inúmeras formas menos definitivas de estruturações dotadas de início e conclusões (CARDOSO, 2005, p.66).

Ressalta-se que enquanto estudos, como de David Carr, propõem uma continuidade entre narrativa e mundo, trabalhos como os de Louis Mink observam uma descontinuidade entre a vida, de um lado, e o que pode ser dito sobre ela, de outro. David Carr tenta incorporar a narratividade à vida, para assim, segundo ele, a experiência e a ação passem a ter uma estrutura narrativa. Já os estudos de Louis Mink, segundo Ankersmit, mostram que o fato das narrativas não serem vividas, mas contadas, marcam a distância entre a temporalidade (vida) e a narrativa histórica.

O argumento mais importante utilizado por Mink é que a tarefa do historiador é, justamente, introduzir pela narrativa a junção que está temporalmente separada na vida ou no próprio passado em si. A narrativa conecta por meio de uma sinopse, o que é experimentado em uma sucessão temporal separadamente. Afinal, quem conta uma história não age e vice-versa, e o problema da tese de Carr, recuperada por Ciro Flamarion Cardoso, é que ele perdeu isso de vista.

Vale ressaltar que, em alguns momentos do seu texto, Cardoso apresenta que as ideias pós-modernas e o ceticismo em relação à possibilidade da narrativa representarem o mundo teriam ganhado relevo com o pós-estruturalismo.

Os historiadores tradicionais praticavam o realismo do objeto e acreditavam na veracidade das narrativas históricas, desde que essas seguissem certas regras de elaboração. Em anos recentes, porém, num assalto a tal posição que não é o primeiro mas usa vocabulário e argumentos por vezes diferentes dos precedentes, filósofos, teóricos da literatura e certos historiadores partem do princípio de que os fatos reais humanos não se agrupam como nas narrativas; qualquer texto narrativo que deles pretende dar conta os falseia necessariamente. Em História esse é um dos caminhos que se convencionou chamar de virada linguística, configurada na França pela “desconstrução” propugnada por pós-estruturalistas como, por exemplo, Jacques Derrida e Gilles Deleuze(...) (CARSOSO, 2005, p. 63-64).

Segundo Michel Peters, embora haja sobreposições filosóficas e históricas entre os dois movimentos, é importante distingui-los para que seja possível avaliar suas respectivas trajetórias, uma vez que existe um importante conjunto de diferenças teóricas e históricas compreendidas melhor se for examinado o desenvolvimento do pós-estruturalismo.

O principal argumento defendido por Peters é que o desenvolvimento teórico do estruturalismo francês, durante o final dos anos 1950 e 1960, levou a institucionalização de um megaparadigma transdisciplinar contribuindo para integrar as chamadas humanidades nas ciências sociais, mas o fez de uma forma cientificista. Sua pretensão ao *status* de paradigma baseava-se na centralidade da linguagem na vida cultural e social humana, considerada como sistema semiótico ou como sistema de significação auto-reflexivo.

Nesse meio, o estruturalismo era, nesse sentido, parte da "virada linguística" empreendida pela filosofia ocidental. A tradição da linguística estruturalista tinha suas origens no formalismo europeu do final do século XIX, transformando-se, sob a influência combinada de Ferdinand de Saussure e de Roman Jakobson, no programa de pesquisa dominante em linguística. Por meio de Claude Lévi-Strauss, A. J. Greimas, Roland Barthes, Louis Althusser, Jacques Lacan, Michel Foucault e muitos outros, o estruturalismo penetrou na antropologia, na crítica literária, na psicanálise, no marxismo, na história, na teoria estética e nos estudos da cultura popular, transformando-se em um poderoso e globalizante referencial teórico para a análise semiótica e linguística da sociedade, da economia e da cultura, vistas agora como sistemas de significação.

Já o pós-estruturalismo, segundo Peters, é

(...) uma resposta especificamente filosófica ao status pretensamente científico do estruturalismo e à sua pretensão a se transformar em uma espécie de megaparadigma para as ciências sociais. O pós-estruturalismo deve ser visto como um movimento que, sob a inspiração de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e outros, buscou descentrar as 'estruturas', a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções, preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo fazia ao sujeito humanista" (PETERS, 2000, p.10).

Peter afere que o pós-estruturalismo vê o processo de significação basicamente como indeterminado e instável, porquanto o significado não é pré-existente, porque é cultural e socialmente produzido, salientando a importância do papel de relações de poder na sua produção. No pós-estruturalismo, um significado é o que é, não porque corresponde a um objeto que existe fora do campo de significação, mas porque foi socialmente produzido. A ênfase no processo de significação é ampliada para focalizar as noções correntes de verdade, pois a perspectiva pós-estruturalista desconfia de algumas definições filosóficas de verdade, dando ênfase ao processo pelo qual algo é considerado verdadeiro. A questão principal não se trata da verdade, mas saber porque esse algo tornou-se verdade. Assim, para Peters,

o pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um movimento de pensamento – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes (PETERS, 2000, 29).

Se em alguns momentos de seu texto Cardoso utiliza a concepção pós-moderna de história enquanto sinônimo de pós-estruturalismo, em outros momentos chama essa concepção de Novo Historicismo, quando, por exemplo, escreve “cabemos tratar das bases epistemológicas em que repousa a concepção pós-moderna de História, também conhecida como um Novo Historicismo (...)” (CARDOSO, 2005, p.85).

Segundo José Antonio Vasconcelos, há uma imensa dificuldade em conceituar o novo historicismo, uma vez que não constitui propriamente uma escola, nem seus proponentes empenham-se em definir os princípios gerais do seu trabalho. Como o próprio nome permite entender, o novo historicismo opõe-se a um velho historicismo, isto é, uma abordagem da história literária que enfatiza a

importância do contexto histórico para o entendimento adequado de uma obra de literatura.

Para Vasconcelos, o novo historicismo, considera importante a relação texto-contexto, mas a vê como algo problemático. Para os novos historicistas, há uma relação de dependência recíproca entre a textualidade da história e a historicidade dos textos literários, de modo que, para o crítico, tornar-se importante perceber não só como o texto é moldado pelo contexto, mas também como o próprio contexto só é acessível de forma textualizada, e só adquire significado a luz do texto literário ao qual se contrapõe. Este enfoque permite substituir uma relação mecanicista própria do historicismo tradicional, por uma relação mais aberta e dinâmica da relação texto-contexto.

Já para Catharine Gallagher,

Embora haja certa controvérsia acerca do que seja o novo historicismo, o que constitui sua essência e seus acidentes, a maioria dos seus aderentes e opositores provavelmente concordaria que ele estabelece a leitura dos textos literários e não literários como constitutivos de discursos históricos que estão tanto dentro como fora dos textos, e que seus praticante geralmente não colocam uma hierarquia fixa de causa e efeito quando buscam conexões entre textos, discursos, poder e a constituição na subjetividade (Apud: Vasconcelos, 2005, p. 131).

Mas e a história em que ela se vê afetada pelo que acontece nos estudos literários? O que há no novo historicismo que faz com que Ciro Flamarion Cardoso o use enquanto sinônimo de pós-modernidade na historiografia? Para Vasconcelos, o medo que alguns historiadores sentem em relação ao novo historicismo talvez se deva ao fato do novo historicismo buscar uma prática aguçada das práticas narrativas e retóricas na construção do texto o que, no âmbito da história, coloca dois desafios significativos aos historiadores: primeiro, a consideração de como os documentos históricos foram construídos e, segundo, uma consideração autoconsciente das formas de representação que os historiadores empregam.

Isso posto, pode-se dizer que o enfrentamento do argumento de que o discurso institui, cria o mundo, a história e a realidade e, conseqüentemente, uma busca pela correspondência entre palavra e mundo tem continuidade com os trabalhos de Jurandir Malerba.

A argumentação da qual parte Malerba é que um dos postulados da pós-modernidade é que a linguagem constitui e define a realidade para as mentes humanas e que não existe qualquer realidade extralinguística independente de representações dessa realidade. Para Malerba, o pós-modernismo nega a

capacidade da linguagem ou discurso de referir a um mundo independente dos fatos e coisas, assim como a determinação das coisas.

No texto *A História e os discursos*: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico, é construída uma longa crítica acerca do que ele acredita tratar-se do antirrealismo, presente nas teses pós-modernistas, e ao narrativismo, que afirma a prioridade na criação das narrativas históricas aos imperativos da linguagem. Na tentativa de argumentar contra as teses pós-modernistas, Malerba busca elementos no conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, e na teoria simbólica de Norbert Elias.

Segundo Malerba, o entendimento de linguagem de Bourdieu, calcado na ideia de *habitus*, é o oposto da linguística estruturalista. Para Bourdieu, o *habitus*, ao conformar categorias de percepção, transforma-se em linguagem, e a realidade social configura aqueles elementos de percepção por meio dos quais o indivíduo processa e acessa essa mesma realidade.

Diversamente do que propõe a concepção estruturalista da linguagem, que nutre a epistemologia pós-moderna, a constituição de uma linguagem por meio da qual representamos o mundo (social inclusive) é um processo eminentemente histórico e social e o sujeito do conhecimento é sempre coletivo. Os signos, conceitos e discursos sobre o mundo não são jamais arbitrários. Mas formulados a partir de um conjunto de determinantes sociais que são interiorizados pelos indivíduos, a partir da qual eles constroem as lentes (os conceitos) com os quais apreende (percebe, classifica e narra) o mundo (MALERBA, 2006, p.58).

Assim, para Bourdieu, os indivíduos, eminentemente sociais, observam, descrevem e narram a realidade. Mas, para fazer isso, estão equipados com instrumentos cognitivos, elaborados mediante o contato com a própria realidade e com os quais nos assenhoreamos intelectualmente dela.

Além disso, Malerba retoma, para mostrar a possibilidade de pensar discurso e mundo enquanto conectados, Norbert Elias. Para Elias, a concepção de processo de conhecimento baseia-se na separação entre o sujeito do conhecimento e o seu objeto, ainda baseado na separação radical entre homem e natureza. Elias propõe que deve-se superar essa atitude e transformar a cognição para que seja possível transcender a dúvida cartesiana, da possibilidade de acesso a um mundo exterior. Sua argumentação, para tentar superar o cogito cartesiano parte da premissa de que não existe conhecimento que não seja socialmente adquirido. O conhecimento se produz de uma forma que liga linguagem, conhecimento, memória e pensamento.

Elias parte da constatação óbvia de que qualquer ser humano tornar-se plenamente humano ao aprender uma língua (...). Não há uma língua extra-

humana, metafísica, ou natural (como desejaram os estruturalistas). (...) a força de uma língua tem sua raiz no fato de representar um cânone unificado de fala que deve ser observado por todo o grupo, a fim de manter sua força comunicativa. O signo arbitrário e inato dos pós-estruturalistas cai por terra aos pés da teoria simbólica de Elias (MALERBA, 2001, p.59).

Dessa forma, para Malerba, a língua é um dos principais caminhos que unem a natureza, a sociedade e a cultura. Em sua opinião, baseado nos pressupostos de Norbert Elias, uma língua, no ato de comunicação entre um emissor e um receptor, representa simbolicamente o mundo em que ela é falada. Essa língua, é plástica e histórica, constitui-se como o principal instrumento de comunicação e orientação no mundo dos indivíduos que a praticam.

Se para Malerba existe uma ressonância entre a história como ela é vivida e a forma como ela é contada, outros teóricos da história defendem que qualquer construção linguística não seria outra coisa além de uma articulação do discurso e, portanto, o historiador não pode transcender a própria realidade retórica e literária. Essa é a posição assumida por Gabriel Giannattasio e Guilherme Bordonal, para quem a história nunca deixou de ser uma filosofia da linguagem.

Historicizaram-se palavras, testemunhos, imagens e oramos fervorosamente para que eles expressem o passado: não se faz história do passado, mas isto sim, uma história das linguagens do passado. Representamos o mundo por meio de signos, símbolos gráficos e linguagens, não se é capaz de ir além deles. Estamos constrangidos a admitir que no princípio era o verbo (GIANNATTASIO e BORDONAL, 2011, p.44).

Posição semelhante à de Giannattasio e Bordonal encontra-se no texto *Por uma historiografia pós-moderna, pós-virada linguística e interpretativista*, de Alfredo Oliva, para quem o historiador não pode dizer nada que esteja fora do âmbito da linguagem e não pode reivindicar que seu discurso sobre o passado corresponda a eventos extralinguísticos. Semelhantemente, Barthes, no seminal *Introdução à análise estrutural da narrativa*, afere que

A função da narrativa não é representar, mas constituir um espetáculo (...). A narrativa não mostra, não imita (...). O que toma lugar na narrativa é, do ponto de vista referencial (realidade) literalmente nada, o que acontece é apenas a linguagem, a aventura da linguagem, a incessante celebração do seu surgir (Apud: White, 2011, p.458).

A concepção de linguagem desses pensadores relaciona-se aos problemas colocados por Nietzsche em *Genealogia da Moral*. Para Nietzsche, já que a metafísica e, por conseguinte, a pretensa verdade produto da filosofia não pode

representar a essência dos objetos, então, é necessário admitir que a linguagem não possui o poder de representar universalmente o homem, os objetos e a realidade. Segundo Vasconcelos (2011), essa visão de linguagem é a que mais assusta os historiadores, pois levaria a história a submergir no âmbito da literatura e o esmaecimento das fronteiras entre texto e contexto.

A afirmação de que a forma e a narrativa não podem transcender a linguagem faz com que a forma deixe de ser um problema que afete o historiador marginalmente para ganhar a cena principal nos estudos históricos. Isso posto, Gabriel Giannattasio e Guilherme Bordonal (2011) recorrem às afirmações de Peter Gay (1990), que reconhece o papel fundamental do estilo na história, para quem o estilo é uma espécie de moldura que torna a aridez científica sedutora, entretanto, o estilo não é um mero ornamento. O estilo não é a roupagem do pensamento, mas parte constituinte dele. É forma e conteúdo, afinal, o estilo molda e é moldado pelo conteúdo.

Ao admitir que, na escrita da história, a forma é tão importante quanto o conteúdo, seria conseqüentemente forçoso reconhecer um estreito parentesco entre historiografia e ficção. Entre alguns profissionais de história essas conclusões geraram certo mal-estar e os levaram a perguntar novamente o que faz o historiador?

Para Giannattasio, uma “metaficção historiográfica” na qual articula-se um rigoroso trabalho de investigação documental a um trabalho de fabulação. Logo, há uma obra de metaficção, uma ficção produzida a partir de um artefato ficcional e os documentos no trabalho do historiador.

A história retoma, por assim dizer, um diálogo com as artes, em particular com a arte literária. Passados mais de dois mil anos de logocentrismo, testemunhamos contemporaneamente uma nova/velha arte do fazer historiográfico (GIANNATASIO, 2013, sp).

Em um provocante texto publicado em 2001, com o título *História, ciência, escritura e política*, o historiador Antônio Paulo Benatte reflete acerca da retomada do diálogo da história com as artes e com a literatura e, conseqüentemente, uma reaproximação da história com a bela escrita” e do prazer estético a partir de uma historiografia pós-moderna.

A hipótese da qual parte Benatte é que distingue-se dois momentos em que a história era considerada um gênero literário. O primeiro, que antecede no tempo a

consideração da história como ciência, teve seu auge no Iluminismo, e outro contemporâneo, com a pós-modernidade.

Sobre o historiador enquanto contador de uma bela história escreveu o historiador português Rui Bebianno que:

Desde o início, a escrita da história associou conhecimento, destreza, e criatividade. Isto significa que, durante a maior parte do tempo de vida, se desenvolveu como uma arte. De Tucídides a Tácito até Gibbon ou Michelet, numa sequência de mais de dois mil anos, os testemunhos destinados a alimentar lembrança foram inequivocamente concebidos como narrativas que requeriam grande cuidado com a forma. Esperava-se de quem invocava a memória que contasse histórias. Mas que as contasse o melhor possível, o mais convincente possível, que coisa que a dada altura situaria a disciplina como parte de uma retórica que Aristóteles considerava a arte da persuasão. Só mais tardiamente, no período das Luzes, começaria a reivindicar-se o estatuto de saber mais rigoroso para a alteridade, passando então a acreditar-se ser possível, por intermédio da leitura crítica dos documentos, a ostentação de uma verdade ou, mais ambiciosamente, da “única” e “definitiva” verdade - a respeito do passado (BEBIANO, 2000, sp.).

O processo de cientificação da história teria passado pela estratégia de afastar as narrativas ficcionais do domínio do Clio. O Iluminismo representou o triunfo da razão, o êxito de uma revolução ao saber que se iniciou no século XVI e fez da racionalidade o acesso ao verdadeiro entendimento, a verdade não mais revelada pelas escrituras sagradas, mas buscada pelo método científico, capaz de propiciar um saber dessacralizado, secular e lógico da natureza. Assim, na modernidade, a história entra no sistema das ciências, ou seja, passa a ser um saber adquirido por meio de um exame crítico da documentação ou da busca de leis.

Até o século XVIII, e sem contradição com o discurso verdadeiro sobre o passado, o texto histórico confundia-se com o texto que hoje chamamos “literário”. O historiador sempre fora, desde a antiguidade clássica, um narrador. A história era concebida como um ramo da retórica. Narrar, para o historiador, era sobretudo contar os acontecimentos notáveis do passado, escrever um relato circunstanciado, registrar os feitos dos grandes homens, seu heroísmo cívico, sua virtude ou santidade, seu exemplo digno de perdurar na memória da humanidade (BENATTE, 2001, p.70).

A oposição falseada da narrativa ficcional e a definição da verdade histórica como concordância com os fatos prosseguiu no século XIX. Ranke deu continuidade ao processo iniciado no século XVIII, a elisão da bela escrita da narrativa histórica, pois, em suas palavras, “eu quero mostrar como isso ocorreu na realidade”. Já Antônio Paulo Benatte encontrou seu argumento mais radical no considerado o perfeito manual do historiador metódico, *Introdução aos Estudos Históricos*, de

Langlois e Seignobos. Nesta obra, as pretensões literárias dos historiadores eram combatidas em nome da exposição científica, objetiva e simples dos fatos.

Hayden White (2011) escreveu que, aos muitos que desejavam transformar os estudos históricos em ciência, o uso contínuo que os historiadores fazem de um modo de representação narrativo é um índice de fracasso, concomitantemente, metodológico e teórico. Uma disciplina que produz narrativa de seu objeto sem justificativa parece fraca sem sua teoria, uma disciplina que investiga seus dados com o interesse de contar um caso sobre eles parece metodologicamente deficiente.

Dessarte, para alcançar as formas científicas, a história tinha que livrar-se de qualquer resquício de literatura que viesse a comprometer a objetividade do saber.

Para Benatte, a historiografia do século XX, considerada de reação ao positivismo, manteve, contudo, o princípio herdado do século XIX, de combate à forma literária de escritura da história. As Escolas dos Annales, por exemplo, sempre opuseram o ideal científico de uma história-problema à ideia de uma história narrativa, ligada ao factual e ao tempo curto dos acontecimentos.

Essa tentativa de apagamento da narrativa da história acarretou uma série de prejuízos para escrita da história, uma vez que tornou os historiadores inconscientemente cegos ao caráter retórico-poético de seu discurso. Assim, os modelos de escrita acadêmica tornaram-se um cânone, uma espécie de ortodoxia da forma que impediu, justamente, a reflexão sobre a forma, isto é, sobre os dispositivos literários que os “cientistas”, devido ao inevitável uso da linguagem, agenciam no seu discurso e materializam no seu texto. Para Hayden White (2011), é como se os historiadores acreditassem que a única forma possível de narração histórica era a utilizada no romance inglês, desenvolvida no século XIX. A consequência disso foi o progressivo envelhecimento da “arte” da própria historiografia.

A crença moderna de um possível afastamento da narrativa do fazer historiográfico e de que ciência e arte são campos irreduzíveis da experiência humana foi refutada pelo pensamento pós-moderno. Afinal, o reconhecimento de que toda e qualquer forma de história, desde a mera crônica dos acontecimentos até aquela mais social, estrutural e quantitativa, é dependente de procedimentos de composição próprias à narrativa estaria sendo reconhecido pela historiografia.

O pensamento contemporâneo, principalmente em sua versão pós-moderna, tem colocado na ordem do dia o problema do artefato textual, da materialidade heurística de seus discursos (...). Trata-se de refletir sobre o caráter narrativo, retórico, e poético de todo discurso, seja ele científico ou não. (BENATTE, 2001, p.78).

Ao refletir acerca dos benefícios trazidos ao fazer historiográfico pela abertura da história à literatura, o historiador Rui Bebiano afirmou:

A história escrita, atraentemente escrita, de uma forma assumidamente narrativa, pode vir também ao encontro do leitor interessado em conhecer ou em compreender aspectos do passado por meio de um discurso que o presente se encontra em condições de descodificar e de integrar. A leitura da história consegue, desta maneira, alargar-se e tornar-se mais estimulante, abrindo-se a possibilidade de “viajar” através da imaginação e de, no presente, observar as personagens do passado como as pessoas que foram e não com as figuras de cera, ou não como “não figuras” que o discurso “científico” as transformou (BEBIANO, 1999, sp).

Para Vasconcelos, com a crise dos modelos explicativos e a retomada da narrativa, conscientiza-se de que o célebre Menochio vale a pena ser estudado não só porque ele ajuda a compreender um processo histórico mais amplo, mas porque é bom ouvi-lo, uma vez que conhecê-lo por intermédio de um historiador genial causa um imenso prazer.

Ao fazer uma crítica à história que retoma a narrativa, diz Renato Janine Ribeiro, “pode resultar nas obras primas de Duby, nos livros de Ginzburg, ou em romances agradáveis e talentosos, embora não enriqueçam nem a literatura, nem a história.”. Afinal, como escreveu Benatte, será um texto que não esqueceu que saber e sabor tem em latim, a mesma etimologia.

O panorama do debate estabelecido entre os historiadores brasileiros acerca da relação existente entre história, linguagem e mundo convida a explorar a linguagem como elemento no qual todos, incluindo os historiadores, e por meio do qual dá-se sentido ao passado, presente e futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a pós-modernidade na historiografia desenvolvido pelos historiadores brasileiros foi norteado por duas questões: a temporalidade e a narrativa histórica em um mundo pós-moderno.

No que se refere ao tempo pós-moderno, os historiadores debatedores da questão relacionam a emergência de novos aspectos da cultura e da vida social e econômica, com uma nova forma de fazer historiográfico, ou seja, a emergência do tempo-moderno levou a historiografia a ressignificar seus métodos e objetos de análise.

Já o debate sobre a narrativa histórica, procedente de uma zona de estudos claramente extra-historiográfica, produziu dois tipos de realidade. Sucintamente, de um lado, alguns historiadores procuraram mostrar que a escrita da história é uma forma a mais da escrita da ficção. Para esse grupo, a evidência histórica - a documentação e os dados - tem pouco a oferecer frente ao domínio absoluto da interpretação do historiador, e o explicável em uma obra é o seu caráter estético, no qual o estilo é o mais importante, uma vez que contar uma boa história e contá-la bem, em um bom estilo literário é o mais importante. Por outro lado, historiadores voltando-se contra aqueles que destacam o caráter literário do discurso historiográfico, procuram colocar em evidência o *status* epistemológico e científico das representações historiográficas colocando o pós-modernismo como um mal a ser combatido.

Apesar das diferentes respostas que os historiadores brasileiros deram para as questões que envolvem a temporalidade e a narrativa histórica em um mundo pós-moderno, prevaleceu o fato de esses historiadores responderem as questões, não a partir da própria historiografia, mas dialogando com outras áreas do saber, passando pela Linguística, Filosofia, Crítica Literária e Antropologia.

Isto posto, a abertura do historiador às outras áreas do saber resultou, em muitos momentos, em um apagamento das fronteiras disciplinares. Se considerar que essas fronteiras foram criadas para responder a determinadas exigências institucionais, e não podem ser entendidas como “camisas de força”, ou como um forte a ser defendido, esse diálogo intenso com outras áreas pode ser benéfico para a disciplina histórica.

Além disso, em uma disciplina como a história, em que a teorização foi sempre débil e com pouca tradição, o debate sobre o pós-modernismo, levou os historiadores a deixarem se distrair pela Teoria e passar o Clio para o outro lado do espelho, em uma perspectiva essencialmente reflexiva.

Uma pergunta final deve ser feita: o debate sobre o pós-modernismo levou ao fim a ideia de história tal como esta foi praticada ao longo do século XIX e boa parte do século XX? A resposta a esta questão é não e pode ser exemplificada pela Comissão da Verdade, responsável pela investigação da violação dos direitos humanos cometidas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, foi composta por sete membros nomeados pela presidente do Brasil Dilma Rousseff e auxiliados por assessores, consultores e pesquisadores. A comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012 e ouviu vítimas e testemunhas, bem como convocou agentes de repressão.

A Comissão da Verdade estabeleceu como seus objetivos principais: promover o direito a verdade e efetivar a verdade histórica, promovendo a reconciliação Nacional e recomendando reformas do aparato Nacional.⁴³ Em seu primeiro artigo, explicitou o objetivo de que os cidadãos possam voltar a confiar no Estado e no seu compromisso e, portanto, para isso, é necessário a revelação integral da verdade histórica.

Ao ler o documento que instaurou a Comissão da Verdade, há a impressão de estar lendo um manual de história do século XIX, uma vez que busca-se conhecer o que realmente aconteceu no passado, ao mesmo tempo em que a história leva o passado aos tribunais, julga e condena. Assim, a discussão acerca da pós-modernidade na historiografia não é um debate encerrado e o grau exato em que a visão pós-moderna de história afetou os estudiosos está ainda por ser avaliado.

⁴³ Comissão Nacional da Verdade, 10 de dezembro de 2014.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Pós-Modernidade e Ciência: por uma história escatológica?** Campinas, Sp: Editora Alínea, 2003.

ANKERSMIT, Frank. **A escrita da história: a natureza e representação histórica.** Tradução: Jonathan Menezes. Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Giro linguístico, teoria literária y teoria histórica.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

_____. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, p.1113-135, mar. 2001.

_____. Resposta a Zagorin. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução: Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

BARROS, José D Assunção Barros. **O tempo dos historiadores.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

_____. **Teoria da História.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.

BARTHES, Roland. **O Rumor da língua.** Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEBIANO, Rui. **Sobre a história como poética**, 2000. Disponível em:http://www.aterceiranoite.org/rb_docs/hpoetica.pdf. Acesso em: 26 agosto 2014.

BENATTE, Antonio Paulo. **O Conceito de história em Walter Benjamin:** notas de aulas: 2014. Mimeo.

_____. Antônio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: **Narrar o passado, repensar a história.** In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs) **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas, São Paulo, Unicamp, 2000.

BENJAMIN, Walter Benjamin. **Obras escolhidas.** São Paulo: Brasiliense, 3.ed, 1987.

BISSON, M. P. Brincando nos campos do Senhor: religiosidade, pós-modernismo e interpretação. In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs): **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas, São Paulo, Unicamp, 2000

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas.** São Paulo: Globo, 2. Ed, 1985.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** Tradução: Eduardo Carneiro. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____ **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. **Revista Diálogos.** Maringá, V.03, n.01, p.37-66, 1999.

_____ **Ensaio Racionalistas:** filosofia, ciências naturais e história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

_____ **No limiar do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Tempo, 1998.

_____ **Um historiador fala de teoria e metodologia:** Ensaio. Bauru, Sp: Edusc, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História:** Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Tramas de Clio;** convivências entre filosofia e história. Curitiba: Aos quatro ventos, 2001.

CARDOSO, Irene. Narrativa e história. **Revista Tempo Social.** v.12, n.2, p.3-13, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história hoje:** dúvidas, desafios, propostas. In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1994

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna:** introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** Tradução: Miriam Schinaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Perspectiva, 1973.

DIEHL, Astor Antonio. À propósito do texto “epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador” de Ciro Flamarion Cardoso. **Revista Diálogos.** Maringá, V.03, n.01, p.67-81, 1999.

DOSSE, François. **A História.** Trad. Roberto Leal Pereira. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

_____ **Renascimento do acontecimento:** um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. Tradução: Constança Morel. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FALCON, Francisco. **História Cultural:** uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERNANDES, Gisele Manganelli. O Pós-modernismo. In: BONNICI, Thomas; Osana, Lúcia (Orgs). **Teoria Literária:** abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A. Comentário ao texto: “Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador” **Revista Diálogos.** Maringá, V.03, n.01, p.43-48, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Dizer o tempo.* In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____ O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: **Revista Margem.** N. 1. São Paulo: Educ., 1992.

_____ **Walter Benjamin:** estética e experiência histórica. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

- GAY, Peter. **O estilo na história**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIANNATTASIO, Gabriel. **História e literatura: do mito à metaficção historiográfica**. Mimeo, 2013.
- GIANNATTASIO, G. & IVANO, R. (Orgs). **Epistemologias da História: Verdade, Linguagem, Realidade, Interpretação e Sentido na pós-modernidade**. Londrina: Eduel, 2011.
- GINSBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução: Jonatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução: Luiz Sérgio Repa. São Paulo. Martins Fontes, 2002.
- HARLAN, David. A história Intelectual e o Retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. (Orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. São Paulo: Unicamp, 2000.
- HOBBSAWN, Eric. A volta da narrativa. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JAMENSON, Frederick. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Atica, 2000.
- JENKINS, Keith. **A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. **A história repensada**. Tradução: Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. **Por qué la Historia? Ética y posmodernidad**. Trad:Stela Mastrangelo Puech. México: FHC, 2006.
- JUNIOR, Oswaldo Giacóia. **Nietzsche, Fado e História**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.
- KAPLAN, Anne. (org.), **O mal estar no pós-modernismo: teoria, práticas**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.
- KOSELLECK, Reinhard. **Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEMERT, Charles. **O pós-modernismo não é o que você pensa**. Tradução: Adail Ubirajara. São Paulo: Loyola, 2000.
- LOWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**; Tradução: Wanda Nogueira: São Paulo: Boitempo, 2005.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. Trad: Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk, 2003

MALERBA, Jurandir. A história e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. **Revista Locus**. Juiz de Fora. v.12,n.11,p.1-193,2006.

MANIERI, Dagmar. **Teoria da História**: a gênese dos conceitos. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

MINK, Louis. Narrative from as a Cognitive Instrument. In: Canary, R. (Org). **The Writing of History**. The University of Wisconsin Press, 1978.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Tradução: Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, Rio De Janeiro: Vozes, 2009.

MUSSE, Ricardo. **A equação da pós-modernidade**. Mimeo, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**. Tradução: Arthur Morão. Lisboa:70, 1989.

_____. **Escritos sobre a história**. Tradução: Noéli Correia De Melo Sobrinho. São Paulo: Loyola,2005.

NOVAES, F.A. & SILVA, R.F (Orgs) **Nova história em perspectiva**. São Paulo: CosacNaify, 2011.

OLIVA, Alfredo de Oliveira. **Por uma historiografia pós-moderna, pós-virada linguística e interpretativista**. Londrina: Eduel, 2011.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.

PAZ, Francisco Moraes. **História, Modernidade e Pós-modernidade**: os desafios contemporâneos do conhecimento. Mimeo, 1994.

PETERS, Michel. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença (uma introdução)**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. RJ: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. "Moda histórica" revive narrativa e cria objetos. **Folha de São Paulo**, 12 dez. 1998. Folha Ilustrada, p.1.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Tradução: Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: Teoria da História: fundamentos da ciência da história. Tradução:Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. O enigma pós-moderno. In: OLIVEIRA, Roberto (Org.). **Pós-modernidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SILVA, Juremir Machado. **Muito além da liberdade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1991.

SOCHODOLAK, Hélio. **O jovem Nietzsche e a história**: como ser intempestivo e duelar com o seu tempo. São Paulo: Anablume, 2009.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: **Revista de História**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

VASCONCELOS, José Antônio. A história e a sedução da narrativa. **Revista Uniandrade**, São Paulo, v.11, n. 02 dezembro. 2010.

_____. **Quem tem medo da Teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume, 2005.

WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**: narrativa, discurso y representación histórica. Barcelon: Ediciones Paidós Ibérica, 1992.

_____. **Trópicos do Discurso**: ensaio sobre a crítica da cultura. Tradução: Alípio de Franco Correa Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Teoria literária e escrita da história. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.21-48, 1994.

Williams, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução: Caio Liudivig. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012.

Wittgenstein, Ludwig. **Tratado Lógico-Filosófico**. Tradução: Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. **A travessia do pós-moderno**: nos tempos do vale-tudo. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.